ESTUDO COMPLETO

CEBE Centro de Educação Baseada em Evidências

Estudos de Aprendizagem Contínua

Avaliação dos resultados do programa de recuperação de aprendizagens da Rede Estadual de Educação do RS entre 2024 e 2025



CENTRO DE EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS – CEBE
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretária: Raquel Teixeira

Secretária Adjunta: Stefanie Eskereski

Diretora-Geral: Iracema Branco

Coordenador do CEBE: Guilherme Simionato

Pesquisador responsável: Paulo Marcos Ribeiro

EQUIPE TÉCNICA — CENTRO DE EDUCAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS

Amanda Lais Stibbe Lunardi

Bárbara Ciríaco de Albite Silva

Bruna Freitas dos Santos

Carol Pereira Santos

Damallys de Assis Oliveira

Danielle Campos

Eduarda dos Reis Barcellos

Eduardo Flores do Amaral

Edyr de Jesus Alves Pereira

Fabiano Antunes

Gabriel Canofe Costa

Giovana Esther Zucatto

Leonardo Bruno Afonso da Silva

Nikolas Weige

Samarina Sodré Galeão da Rosa

COMO CITAR ESTA PUBLICAÇÃO

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Centro de Educação Baseada em Evidências (CEBE). Avaliação de resultados do Programa Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC). Porto Alegre: Seduc-RS, 2026.

SOBRE OS DADOS

Publicação elaborada a partir de registros administrativos da rede estadual (Sistema ISE), das avaliações SAERS e Saeb e de evidências qualitativas produzidas em visitas técnicas, em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018). São apresentados apenas dados agregados.

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Junho de 2026

SUMÁRIO

Resumo Executivo 5
Introdução 7
O Programa Estudos de Aprendizagem Contínua 9
Objetivos da Política 9
Fundamentos Pedagógicos 10
Organização Pedagógica 10
Estratégias Pedagógicas 10
Público-alvo 11
Governança 11
Modelo Lógico da Política 11
Referencial Teórico 12
Avaliação como instrumento de aprendizagem 12
Recomposição das aprendizagens e intervenções pedagógicas 14
Equidade, permanência e eficácia escolar 15
Educação baseada em evidências e implicações para os Estudos de Aprendizagem Contínua 16
Objetivos da Avaliação 19
Objetivo geral 19
Objetivos específicos 19
Contribuição da avaliação para a gestão pública 20
Perguntas Avaliativas 21
Metodologia 23
Estratégia metodológica 24
Produção das evidências 24
Estratégia analítica 26
Limitações da avaliação 27
Indicadores da Avaliação 28
Desempenho acadêmico 28
Recuperação das aprendizagens 29
Rendimento e trajetória escolar 30
Permanência e engajamento 30
Equidade e contexto de implementação 31

Leitura integrada dos indicadores 31
Resultados 33
Panorama estadual dos Estudos de Aprendizagem Contínua 33
Evolução Histórica do Rendimento Escolar 34
Frequência Escolar 36
Recuperação das Aprendizagens 37
Comparação entre 2024 e 2025 38
Análise Territorial 40
Resultados segundo Características dos Estudantes 50
Complexidade de Gestão (ICG) 52
Turnos Escolares 54
Componentes Curriculares 56
Permanência Escolar 57
Discussão 61
Os Estudos de Aprendizagem Contínua e a avaliação formativa 61
Recuperação das aprendizagens e equidade educacional 62
Produção de evidências e fortalecimento da gestão pedagógica 62
Implementação da política e aprendizagem institucional 63
Permanência escolar e trajetórias educacionais 63
Limitações da avaliação 63
Contribuições para o aperfeiçoamento da política 64
Recomendações 65
Recomendações de Curto Prazo 65
Recomendações de Médio Prazo 66
Recomendações de Longo Prazo 68
Recomendações Específicas por Nível de Governança 69
Considerações Finais 70
Referências Bibliográficas 72

Resumo Executivo

Estudos de Aprendizagem Contínua: resultados no Ensino Médio da rede estadual.

Desde 2024, os Estudos de Aprendizagem Contínua -- EAC constituem uma estratégia da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul para promover a recuperação das aprendizagens, reduzir a reprovação e fortalecer as trajetórias escolares dos estudantes da rede estadual. Esta avaliação teve como objetivo analisar os resultados da implementação dessa política pública em termos de aprendizagem e equidade, particularmente no ensino médio e no ano de 2025.

A partir de uma abordagem de métodos mistos, os resultados mostram avanços na recuperação das aprendizagens após os EAC. A proporção de matrículas com pelo menos um componente curricular abaixo da média reduziu-se de 76,8% para 46,3% no primeiro trimestre, de 74,2% para 40,5% no segundo e de 67,0% para 38,0% no terceiro. Entre os estudantes com três ou mais componentes curriculares insuficientes, as taxas de recuperação alcançaram 57,0%, 62,9% e 61,4%, respectivamente, indicando que a política produziu maiores efeitos entre os estudantes em situação de maior vulnerabilidade acadêmica.

A comparação entre 2024 e 2025 demonstra fortalecimento da capacidade de recuperação da rede estadual. As taxas de aprovação aumentaram 10,0 p.p. na 1ª série, 8,7 p.p. na 2ª série e 4,0 p.p. na 3ª série do ensino médio. Também foi observada diminuição da gravidade das dificuldades de aprendizagem, expressa pela redução das múltiplas dependências curriculares e pelo aumento da aprovação entre estudantes que haviam sido reprovados no ano anterior.

Esse avanço na taxa de aprovação não implicou redução do desempenho no SAERS. Pelo contrário, na 3ª série do ensino médio, por exemplo, a proporção de estudantes nos níveis Adequado e Avançado aumentou de 16,6% para 35,0% em Língua Portuguesa e de 3,8% para 10,3% em Matemática entre 2024 e 2025.

Embora seja possível observar melhorias em termos de equidade, ainda persistem desafios. No terceiro trimestre de 2025, 48,4% dos meninos pretos participantes do Programa Todo Jovem na Escola ainda apresentavam pelo menos uma nota insuficiente, enquanto esse percentual foi de 30,6% entre meninas brancas que não estão em vulnerabilidade social. O turno também é um fator de desigualdade, 41,7% de estudantes do turno noturno apresentaram insuficiências, frente a 27,0% no turno integral. Também há importante variação entre as regionais e seus diferentes níveis de complexidade de gestão.

Ademais, a avaliação demonstra que os desafios não se concentram apenas em Língua Portuguesa e Matemática, alcançando diversos componentes curriculares. Reforça-se a necessidade de compreender a recuperação das aprendizagens como uma estratégia curricular abrangente, envolvendo todas as áreas do conhecimento.

A análise qualitativa complementa esses achados ao indicar que a implementação da política ocorreu em um contexto de elevada complexidade. Professores e equipes diretivas relataram desafios relacionados

à formação docente, à sobrecarga burocrática, à resistência inicial à política e às dificuldades de incorporar novas práticas pedagógicas. Também foram destacados fatores externos que afetam diretamente a aprendizagem, como os impactos da pandemia de COVID-19, das enchentes de 2024, o agravamento das demandas de saúde mental e a crescente inserção precoce dos estudantes no mercado de trabalho.

Os relatos sugerem que os EAC contribuíram para o fortalecimento da cultura de avaliação formativa, ampliando o uso de evidências para o planejamento pedagógico e favorecendo intervenções mais tempestivas ao longo do ano letivo.

Diante disso, a análise permite desenvolver sugestões para consolidação do Programa, vide intensificar o acompanhamento dos estudantes com múltiplas insuficiências, desenvolver estratégias diferenciadas para grupos e contextos mais vulneráveis e integrar indicadores de aprendizagem, frequência, permanência e fluxo escolar em um sistema contínuo de monitoramento. Em termos de avaliação, sugere-se fortalecer a articulação entre avaliações internas e externas, incorporar sistematicamente evidências qualitativas produzidas pelas escolas e desenvolver estudos longitudinais que permitam acompanhar as trajetórias dos estudantes.

Em síntese, a avaliação indica que os EAC constituem uma estratégia promissora para a recuperação das aprendizagens na rede estadual. A política demonstrou capacidade de promover recuperação contínua ao longo do ano letivo, com efeitos particularmente relevantes entre estudantes em maior risco de fracasso escolar. Sua consolidação dependerá do aperfeiçoamento contínuo da implementação, do fortalecimento da avaliação formativa e da adoção de estratégias que ampliem a equidade e assegurem a sustentabilidade dos avanços alcançados.

CAPÍTULO 1

Introdução

Por que avaliar uma política de recuperação das aprendizagens — e o que esta avaliação se propõe a responder.

Garantir que todos os estudantes desenvolvam as aprendizagens previstas para sua etapa de escolarização permanece entre os principais desafios das políticas educacionais contemporâneas. A ampliação do acesso à educação básica representou um avanço expressivo nas últimas décadas, mas a permanência, a aprendizagem e a redução das desigualdades seguem condicionando a qualidade dos sistemas de ensino. Nesse contexto, a avaliação educacional assume papel central ao produzir evidências que orientam decisões pedagógicas, qualificam a gestão e subsidiam o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Esse desafio tornou-se ainda mais evidente após a pandemia de COVID-19. A interrupção das atividades presenciais, a adoção emergencial do ensino remoto e as desigualdades de acesso às oportunidades de aprendizagem ampliaram lacunas educacionais já existentes, com efeitos mais intensos entre estudantes em situação de maior vulnerabilidade social. Como consequência, aumentaram os riscos de baixo desempenho, reprovação, abandono e evasão escolar, reforçando a necessidade de políticas voltadas à recomposição das aprendizagens.

No Rio Grande do Sul, esse quadro foi agravado pelas enchentes de 2024, que comprometeram a infraestrutura escolar, interromperam o percurso educacional de milhares de estudantes e ampliaram os desafios enfrentados pelas redes de ensino. A sobreposição entre perdas de aprendizagem, desigualdades sociais e eventos climáticos extremos evidenciou a necessidade de estratégias capazes de identificar precocemente dificuldades de aprendizagem e promover intervenções pedagógicas ao longo de todo o ano letivo.

Foi nesse contexto que a Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul instituiu os Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC) como política de recomposição das aprendizagens baseada no acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes. A proposta substitui a lógica tradicional de recuperação concentrada ao final dos períodos avaliativos por um processo contínuo de diagnóstico, planejamento, intervenção, acompanhamento e reavaliação, incorporando a avaliação ao próprio processo de ensino e aprendizagem.

Essa concepção encontra respaldo na literatura sobre avaliação formativa (Black & Wiliam, 1998; Perrenoud, 1999; Sadler, 1989), que demonstra a maior efetividade de intervenções sustentadas por monitoramento contínuo, *feedback* e adaptação das práticas pedagógicas (Hattie & Timperley, 2007; Luckesi, 2011) em relação a modelos pontuais de recomposição. Sob essa perspectiva, a avaliação deixa de cumprir função predominantemente classificatória e passa a orientar decisões pedagógicas, ampliar oportunidades de aprendizagem e favorecer trajetórias escolares mais equitativas.

Além de orientar o trabalho pedagógico, os Estudos de Aprendizagem Contínua fortalecem a gestão educacional ao integrar informações produzidas pelo Sistema ISE e pelos painéis de monitoramento da Secretaria da Educação. Esses dados permitem acompanhar, em tempo oportuno, indicadores relacionados ao desempenho acadêmico, à frequência, à recuperação das aprendizagens e ao percurso escolar dos estudantes, subsidiando decisões das escolas, das Coordenadorias Regionais de Educação e da administração central.

A produção sistemática de evidências constitui condição para o aperfeiçoamento de políticas públicas educacionais. Mais do que mensurar resultados, avaliações dessa natureza permitem compreender como a política é implementada, em quais contextos produz melhores resultados e quais fatores favorecem ou limitam sua efetividade. Ao integrar diferentes fontes de informação, a avaliação amplia sua capacidade de apoiar decisões orientadas por evidências e fortalecer processos de aprendizagem institucional.

Este relatório apresenta a avaliação dos Estudos de Aprendizagem Contínua a partir de uma abordagem de métodos mistos, combinando análises quantitativas e qualitativas. A dimensão quantitativa utiliza informações do Sistema ISE e dos painéis de monitoramento referentes ao período de 2022 a 2025, com ênfase nos resultados de 2024 e 2025. A investigação qualitativa reúne entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e estudantes, complementadas por visitas técnicas a escolas de diferentes Coordenadorias Regionais de Educação, permitindo analisar tanto os resultados observados quanto os processos que contribuem para sua produção.

A análise adota uma perspectiva multidimensional, considerando diferenças entre estudantes, escolas e territórios. Além dos indicadores agregados da rede estadual, são analisados resultados segundo sexo, raça/cor, condição socioeconômica, participação no Programa Todo Jovem na Escola, turnos de funcionamento, componentes curriculares, Índice de Complexidade de Gestão e distribuição entre Coordenadorias Regionais de Educação. Essa estratégia permite identificar padrões diferenciados de implementação e resultados, produzindo evidências relevantes para o aprimoramento da política.

Trata-se de uma avaliação de resultados, cujo objetivo é examinar os efeitos observados durante a implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua, sem estabelecer relações causais estritas entre a política e os indicadores analisados. A combinação entre evidências quantitativas, investigação qualitativa e literatura especializada permite, entretanto, compreender o funcionamento da política, identificar oportunidades de aperfeiçoamento e oferecer subsídios qualificados para a gestão educacional.

Ao sistematizar essas evidências, este relatório busca contribuir para o fortalecimento dos Estudos de Aprendizagem Contínua e para a qualificação das decisões da Secretaria da Educação, das Coordenadorias Regionais de Educação e das escolas. Mais do que registrar resultados, pretende apoiar o aperfeiçoamento contínuo da política e consolidar uma cultura de gestão orientada por evidências, voltada à promoção da aprendizagem, da equidade e da permanência escolar.

CAPÍTULO 2

O Programa Estudos de Aprendizagem Contínua

Objetivos, fundamentos, organização, público-alvo e governança dos EAC.

Os Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC) constituem a política da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul voltada à recuperação das aprendizagens na rede estadual de ensino. Seu propósito é assegurar que todos os estudantes desenvolvam as habilidades previstas para sua etapa de escolarização por meio de acompanhamento contínuo, intervenções pedagógicas oportunas e monitoramento sistemático dos resultados.

A política foi concebida em resposta ao aumento das dificuldades de aprendizagem observado nos últimos anos, agravado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, pelos impactos das enchentes de 2024 sobre o sistema educacional gaúcho. Nesse contexto, a Secretaria da Educação reorganizou os processos de acompanhamento pedagógico, substituindo ações concentradas ao final dos períodos letivos por uma estratégia permanente de diagnóstico, intervenção e reavaliação ao longo do ano escolar.

Os EAC representam uma mudança na organização do trabalho pedagógico. Em lugar de compreender a recuperação como uma ação corretiva voltada aos estudantes com baixo desempenho, a política incorpora a recuperação das aprendizagens ao processo regular de ensino, articulando avaliação, planejamento e intervenção como dimensões permanentes da prática docente.

Objetivos da Política

Os Estudos de Aprendizagem Contínua têm como objetivo assegurar o desenvolvimento das aprendizagens essenciais previstas no currículo da rede estadual, ampliando as oportunidades de aprendizagem ao longo do ano letivo e reduzindo situações de defasagem que possam comprometer a trajetória escolar dos estudantes.

Para alcançar esse objetivo, a política busca:

- identificar precocemente dificuldades de aprendizagem;
- orientar intervenções pedagógicas com base em evidências produzidas pelas avaliações;
- ampliar oportunidades de recuperação das aprendizagens durante todo o ano letivo;
- reduzir reprovação, abandono e evasão escolar;
- fortalecer o acompanhamento pedagógico e a tomada de decisão nas escolas.

Esses objetivos posicionam os EAC como uma política de qualificação do processo de ensino e aprendizagem, cuja finalidade ultrapassa a recuperação de desempenho em avaliações específicas.

Fundamentos Pedagógicos

Os Estudos de Aprendizagem Contínua fundamentam-se na concepção de que ensinar, avaliar e intervir constituem processos integrados. A avaliação assume função diagnóstica, produzindo evidências que orientam o planejamento pedagógico e permitem ajustar continuamente as estratégias de ensino às necessidades dos estudantes.

Essa lógica rompe com modelos centrados em avaliações de caráter predominantemente classificatório, nas quais a recuperação ocorre apenas após a consolidação das dificuldades de aprendizagem. Nos EAC, a identificação dessas dificuldades desencadeia intervenções ao longo do próprio processo educativo, favorecendo respostas pedagógicas mais oportunas.

A política também reconhece a diversidade de trajetórias e ritmos de aprendizagem dos estudantes. As intervenções são planejadas de acordo com as habilidades ainda não consolidadas e consideram fatores sociais, culturais e educacionais que influenciam o desempenho escolar, reforçando o compromisso da rede estadual com a equidade.

Organização Pedagógica

Os Estudos de Aprendizagem Contínua organizam-se em **dois movimentos complementares**, desenvolvidos ao longo de cada trimestre letivo.

O **primeiro** corresponde à análise dos resultados das avaliações, à identificação das habilidades que demandam maior atenção e ao planejamento das intervenções pedagógicas.

O **segundo** concentra a execução dessas intervenções, incluindo atividades de recuperação das aprendizagens, acompanhamento individual ou em grupos, reavaliações e devolutivas aos estudantes.

A interação entre planejamento, intervenção e reavaliação estabelece um ciclo contínuo de acompanhamento das aprendizagens, permitindo que o percurso escolar seja continuamente monitorado e ajustado durante o ano letivo.

Estratégias Pedagógicas

O Documento Orientador dos Estudos de Aprendizagem Contínua (Seduc/RS, 2024) recomenda um conjunto de estratégias para operacionalizar a política nas escolas.

Entre elas destacam-se o agrupamento de estudantes segundo habilidades a serem desenvolvidas, a utilização sistemática de avaliações diagnósticas, metodologias ativas de ensino, ações de leitura, aprendizagem colaborativa, monitoria entre estudantes, feedback contínuo e práticas de comunicação que favoreçam o engajamento dos alunos.

Essas estratégias ampliam a capacidade das escolas de responder às diferentes necessidades de aprendizagem e favorecem intervenções mais focalizadas.

Público-alvo

Os Estudos de Aprendizagem Contínua destinam-se a todos os estudantes matriculados na Educação Básica da rede estadual de ensino.

Embora as intervenções priorizem aqueles com maiores dificuldades de aprendizagem, a política possui caráter universal. Todos participam dos processos de avaliação, acompanhamento e reavaliação, podendo desenvolver atividades de recuperação ou de aprofundamento.

Essa característica diferencia os EAC de programas restritos à recuperação escolar, ao incorporar o acompanhamento contínuo como componente da organização pedagógica da rede.

Governança

A implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua envolve responsabilidades compartilhadas entre a Secretaria da Educação, as Coordenadorias Regionais de Educação e as unidades escolares.

À **Secretaria da Educação** compete formular a política, elaborar orientações pedagógicas, desenvolver instrumentos de monitoramento e acompanhar os indicadores da rede.

As **Coordenadorias Regionais** exercem funções de coordenação e apoio técnico às escolas, promovendo acompanhamento e formação continuada.

Nas **unidades escolares**, diretores, supervisores, orientadores e professores executam as ações previstas pela política, realizando diagnóstico, planejamento, intervenções, registro das evidências de aprendizagem e reavaliação dos estudantes.

Essa estrutura distribui responsabilidades entre os diferentes níveis da gestão educacional e fortalece o acompanhamento contínuo da política em toda a rede estadual.

Modelo Lógico da Política

Sob a perspectiva da avaliação de políticas públicas, os Estudos de Aprendizagem Contínua estruturam-se como uma cadeia lógica que articula recursos, atividades, produtos, resultados e impactos.

Os principais insumos compreendem orientações pedagógicas, equipes escolares, sistemas de informação, avaliações diagnósticas, materiais didáticos e ações de formação continuada. Esses recursos sustentam atividades como diagnóstico das aprendizagens, planejamento pedagógico, agrupamento de estudantes, intervenções didáticas, reavaliações e monitoramento sistemático.

Espera-se, como resultados imediatos, ampliar as oportunidades de aprendizagem, fortalecer o acompanhamento pedagógico e reduzir o número de estudantes com desempenho insuficiente. Em perspectiva mais ampla, a política busca **elevar os níveis de aprendizagem, reduzir reprovação, abandono e evasão escolar e promover maior equidade na rede estadual de ensino**.

Essa estrutura evidencia que os Estudos de Aprendizagem Contínua constituem uma política permanente de acompanhamento pedagógico orientada pela produção e utilização de evidências para apoiar decisões educacionais e qualificar os resultados da aprendizagem.

CAPÍTULO 3

Referencial Teórico

Avaliação, recomposição das aprendizagens, equidade e evidências.

As transformações observadas nos sistemas educacionais nas últimas décadas têm ampliado o entendimento de que a qualidade da educação depende não apenas da expansão do acesso escolar (Unesco, 2015; World Bank, 2018), mas também da capacidade das redes de ensino em assegurar que todos os estudantes desenvolvam as aprendizagens essenciais ao longo de sua trajetória escolar (Fullan, 2011; Soares, 2004; Todos Pela Educação, 2021). Essa perspectiva desloca o foco das políticas públicas de indicadores exclusivamente relacionados ao fluxo escolar para uma abordagem mais abrangente, na qual aprendizagem, permanência, equidade e desenvolvimento integral passam a constituir objetivos indissociáveis.

Nesse contexto, políticas de recuperação das aprendizagens, como os Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC), fundamentam-se em um conjunto de evidências produzidas pela literatura internacional sobre avaliação educacional, aprendizagem baseada em evidências, *feedback* formativo, eficácia escolar e equidade (Black & Wiliam, 1998; Fullan, 2016; Hattie, 2009; OECD, 2021). Essas pesquisas convergem para a compreensão de que intervenções pedagógicas contínuas, apoiadas em avaliações diagnósticas e no acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes, tendem a produzir resultados mais consistentes do que modelos tradicionais de recuperação concentrados ao final dos períodos letivos.

O presente capítulo apresenta os principais referenciais teóricos que sustentam a avaliação de resultados dos Estudos de Aprendizagem Contínua, organizando a discussão em torno de oito eixos conceituais que dialogam diretamente com os objetivos da política e com os indicadores analisados neste relatório.

Avaliação como instrumento de aprendizagem

A literatura sobre avaliação educacional registra uma mudança substancial na forma de compreender o papel da avaliação nos processos de ensino e aprendizagem. Tradicionalmente associada à verificação do desempenho e à certificação dos estudantes, a avaliação passou a ser concebida como um componente do próprio processo educativo, capaz de produzir evidências para orientar decisões pedagógicas, regular o ensino e favorecer a aprendizagem.

Essa mudança desloca o foco da avaliação dos resultados finais para os processos que conduzem à aprendizagem. Nessa perspectiva, avaliar deixa de significar apenas atribuir conceitos ou classificar estudantes e passa a constituir um mecanismo de produção de informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, permitindo que professores e estudantes identifiquem dificuldades, redefinam estratégias e acompanhem continuamente a evolução do processo educativo.

Black e Wiliam (1998) foram decisivos para consolidar essa perspectiva ao demonstrarem, em uma das revisões sistemáticas mais influentes da área, que práticas de avaliação formativa produzem ganhos expressivos de aprendizagem, sobretudo entre estudantes com menor desempenho. Os autores mostram que avaliações utilizadas para orientar intervenções pedagógicas apresentam efeitos superiores aos observados em diversas outras estratégias educacionais, especialmente quando acompanhadas de *feedback* sistemático e oportunidades de revisão das aprendizagens.

A centralidade do *feedback* nesse processo foi aprofundada por Sadler (1989), que identifica três condições para que a avaliação contribua efetivamente para a aprendizagem: explicitação dos objetivos educacionais, compreensão, pelo estudante, da distância entre seu desempenho atual e o esperado e existência de oportunidades concretas para reduzir essa diferença. Sob essa perspectiva, a avaliação produz efeitos quando oferece informações capazes de orientar novas ações de aprendizagem.

As evidências sintetizadas por Hattie (2009; 2023) reforçam esse entendimento. Em suas meta-análises sobre fatores associados ao desempenho escolar, o autor identifica o *feedback* entre as intervenções de maior magnitude, desde que fornecido de forma tempestiva, específica e orientado ao aprimoramento do processo de aprendizagem. O efeito do *feedback* não decorre da simples comunicação do resultado obtido, mas da capacidade de transformar essa informação em novas oportunidades de aprendizagem.

Na literatura francófona, Hadji (2001) caracteriza a avaliação formativa como um processo regulador da ação pedagógica. Sua função consiste em produzir informações que permitam ajustar continuamente o ensino às necessidades dos estudantes, reconhecendo que aprender implica sucessivos movimentos de aproximação, revisão e consolidação do conhecimento. Em direção semelhante, Perrenoud (1999) argumenta que regular a aprendizagem exige acompanhamento permanente do percurso dos estudantes, condição incompatível com modelos avaliativos concentrados exclusivamente ao final dos períodos letivos.

No contexto brasileiro, Luckesi (2011) amplia essa discussão ao defender que a avaliação possui natureza diagnóstica e emancipatória. Para o autor, avaliar significa compreender a situação de aprendizagem para orientar intervenções pedagógicas, e não apenas emitir juízos classificatórios. A avaliação, portanto, integra o processo educativo e deve estar comprometida com o desenvolvimento dos estudantes, e não exclusivamente com sua certificação.

Embora esses autores adotem referenciais teóricos distintos, convergem em um aspecto fundamental: **a avaliação produz maior contribuição para a aprendizagem quando integrada ao planejamento pedagógico e utilizada para orientar intervenções ao longo do processo educativo**. Nessa perspectiva, sua finalidade ultrapassa a mensuração de resultados e passa a apoiar decisões que favoreçam o desenvolvimento contínuo das aprendizagens.

Essa evolução conceitual modificou significativamente a forma como sistemas educacionais organizam seus processos de acompanhamento da aprendizagem. A avaliação deixa de ser compreendida como etapa final do ensino para constituir um mecanismo permanente de produção de evidências, acompanhamento das trajetórias escolares e qualificação das decisões pedagógicas, estabelecendo as bases conceituais que sustentam políticas contemporâneas de recomposição das aprendizagens.

Recomposição das aprendizagens e intervenções pedagógicas

A recomposição das aprendizagens consolidou-se como uma das principais agendas das políticas educacionais contemporâneas, particularmente após a pandemia de COVID-19. Embora estratégias de recomposição da aprendizagem já integrassem os sistemas educacionais, a interrupção prolongada das atividades presenciais e a ampliação das desigualdades educacionais tornaram evidente a necessidade de políticas estruturadas para enfrentar perdas acumuladas de aprendizagem e prevenir seus efeitos sobre a trajetória escolar dos estudantes.

Organismos internacionais, como a UNESCO (2021), a OECD (2021) e o Banco Mundial (2022), convergem ao afirmar que a recomposição das aprendizagens exige mais do que ampliar a carga horária ou oferecer atividades complementares ao final dos períodos letivos. As evidências indicam que intervenções eficazes dependem da identificação precoce das dificuldades, da definição de prioridades curriculares, do acompanhamento contínuo do progresso dos estudantes e da adaptação das estratégias pedagógicas às necessidades identificadas.

Essa perspectiva representa uma mudança de enfoque em relação aos modelos tradicionais de recomposição escolar. Historicamente, muitas redes de ensino concentraram ações de recomposição após a consolidação de resultados insatisfatórios, frequentemente restritas ao encerramento dos períodos avaliativos. Nesses modelos, a intervenção ocorre quando as dificuldades já estão estabelecidas, reduzindo as possibilidades de recomposição efetiva das aprendizagens.

A literatura recente propõe uma abordagem distinta, baseada na intervenção contínua. A aprendizagem passa a ser acompanhada ao longo de todo o processo educativo, permitindo que dificuldades sejam identificadas antes de se transformarem em defasagens persistentes. Nessa lógica, diagnóstico, planejamento, intervenção, monitoramento e reavaliação deixam de constituir etapas independentes e passam a integrar um ciclo permanente de melhoria da aprendizagem.

No campo das políticas públicas, essa concepção aproxima-se da ideia de sistemas educacionais responsivos, caracterizados pela capacidade de utilizar evidências produzidas durante o próprio processo de ensino para orientar decisões pedagógicas e ajustar continuamente as intervenções. A aprendizagem deixa de ser compreendida como resultado exclusivamente associado ao desempenho final e passa a ser tratada como um processo passível de acompanhamento, regulação e aperfeiçoamento contínuos.

No Brasil, esse movimento também ganhou força nos últimos anos. Estudos produzidos pelo Todos Pela Educação (2021), pelo Inep (2022) e por diferentes redes estaduais reforçam a necessidade de reorganizar práticas pedagógicas em torno de avaliações diagnósticas, acompanhamento sistemático dos estudantes e intervenções direcionadas às habilidades ainda não consolidadas. Essas iniciativas refletem o reconhecimento de que a recomposição das aprendizagens constitui um processo permanente, integrado ao cotidiano escolar e articulado ao planejamento pedagógico.

As evidências acumuladas indicam ainda que intervenções pedagógicas apresentam maior efetividade quando focalizadas nas necessidades específicas dos estudantes. Estratégias homogêneas tendem a produzir resultados limitados em contextos marcados por elevada heterogeneidade de níveis de aprendizagem. Em contrapartida, ações diferenciadas, fundamentadas em diagnósticos consistentes e acompanhadas de monitoramento contínuo, ampliam a probabilidade de recomposição das habilidades não desenvolvidas e favorecem trajetórias escolares mais bem-sucedidas.

Outro aspecto amplamente documentado refere-se ao momento da intervenção. Quanto mais precocemente as dificuldades são identificadas e enfrentadas, maiores tendem a ser as possibilidades de recomposição das aprendizagens. A demora na implementação de ações pedagógicas favorece o acúmulo de lacunas, amplia diferenças entre estudantes e aumenta o risco de reprovação, abandono e evasão escolar. Sob essa perspectiva, políticas de recomposição das aprendizagens assumem também caráter preventivo, ao reduzir a progressão de dificuldades ao longo da escolarização.

A literatura internacional converge, portanto, para alguns princípios comuns: monitoramento contínuo da aprendizagem, utilização sistemática de avaliações diagnósticas, intervenções oportunas, flexibilização das estratégias pedagógicas e acompanhamento permanente da evolução dos estudantes. Mais do que responder a situações de baixo desempenho, esses princípios redefinem a organização do trabalho pedagógico, incorporando a recomposição das aprendizagens como componente permanente da gestão da aprendizagem e da melhoria da qualidade educacional.

Equidade, permanência e eficácia escolar

A melhoria dos sistemas educacionais depende não apenas da elevação dos indicadores médios de aprendizagem, mas também da capacidade de reduzir desigualdades entre estudantes e assegurar que diferentes grupos tenham oportunidades efetivas de desenvolver as competências previstas para sua trajetória escolar. Sob essa perspectiva, qualidade e equidade deixam de constituir objetivos concorrentes e passam a ser dimensões complementares da política educacional.

A literatura internacional demonstra que estudantes expostos a condições socioeconômicas desfavoráveis, trajetórias escolares descontínuas ou contextos de maior vulnerabilidade apresentam maior probabilidade de acumular defasagens de aprendizagem ao longo da escolarização. Essas diferenças tendem a ampliar-se quando os sistemas educacionais não dispõem de mecanismos capazes de identificar precocemente as dificuldades e direcionar apoio pedagógico proporcional às necessidades dos estudantes.

Essa compreensão alterou significativamente a concepção de equidade educacional. Em vez de associá-la exclusivamente à universalização do acesso à escola, a literatura passou a enfatizar a necessidade de garantir oportunidades diferenciadas para responder a necessidades igualmente diferenciadas. Oferecer os mesmos recursos para todos não assegura igualdade de resultados quando os estudantes iniciam o processo educativo em condições distintas. A equidade pressupõe, portanto, que políticas públicas distribuam apoio de acordo com as necessidades de aprendizagem identificadas.

Organismos internacionais, como a OECD (2018) e o Banco Mundial (2018), defendem que sistemas educacionais mais equitativos são aqueles capazes de combinar políticas universais com estratégias focalizadas para estudantes em maior risco educacional. Michael Fullan acrescenta que a melhoria sistêmica depende justamente da capacidade de reduzir as diferenças de desempenho entre escolas, territórios e grupos populacionais, fortalecendo simultaneamente a qualidade do ensino e a inclusão educacional.

A aprendizagem também mantém estreita relação com a permanência escolar. Estudos conduzidos por Rumberger (2011) mostram que abandono e evasão não resultam de um único fator, mas da interação entre condições individuais, familiares, escolares e comunitárias. Entre esses fatores, o desempenho acadêmico ocupa posição central. Dificuldades persistentes de aprendizagem comprometem o vínculo

dos estudantes com a escola, reduzem o engajamento e aumentam a probabilidade de reprovação e abandono.

Pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro apresentam resultados convergentes. Evidências produzidas por pesquisas aplicadas (Fernandes & Barros, 2016; Fundação Brava, 2021; Instituto Ayrton Senna, 2021; Instituto Unibanco, 2020) indicam que estudantes com baixo desempenho acumulam maior risco de reprovação, abandono e interrupção da trajetória escolar. Esses estudos reforçam que políticas voltadas à aprendizagem podem produzir efeitos que ultrapassam os indicadores cognitivos, contribuindo também para fortalecer a permanência e reduzir trajetórias de exclusão educacional.

A relação entre aprendizagem e permanência conduz ao conceito de eficácia escolar. Esse campo de investigação busca compreender por que determinadas escolas conseguem produzir melhores resultados educacionais mesmo atendendo populações socialmente vulneráveis. Desde os estudos clássicos de Mortimore, Sammons, Reynolds e Teddlie, acumulou-se um conjunto consistente de evidências indicando que escolas eficazes compartilham algumas características recorrentes: **liderança pedagógica, altas expectativas em relação aos estudantes, monitoramento sistemático da aprendizagem, utilização de evidências para apoiar decisões e desenvolvimento profissional contínuo das equipes docentes**.

Esses fatores deslocam o debate sobre qualidade da educação de explicações centradas exclusivamente nas características socioeconômicas dos estudantes para a análise das práticas institucionais adotadas pelas escolas. Embora o contexto social exerça influência significativa sobre os resultados educacionais, a literatura demonstra que políticas de acompanhamento sistemático da aprendizagem, intervenções pedagógicas oportunas e uso qualificado de evidências podem reduzir parte dessas desigualdades e ampliar as oportunidades de sucesso escolar.

Observa-se, assim, uma convergência entre os diferentes campos da literatura. A equidade requer acompanhamento contínuo das aprendizagens; a permanência escolar depende, em parte, da capacidade de enfrentar precocemente dificuldades de desempenho; e a eficácia escolar resulta da combinação entre liderança pedagógica, uso sistemático de evidências e intervenções orientadas às necessidades dos estudantes. Esses princípios oferecem bases conceituais para compreender políticas educacionais que articulam aprendizagem, gestão e equidade como dimensões inseparáveis da melhoria dos sistemas de ensino.

Educação baseada em evidências e implicações para os Estudos de Aprendizagem Contínua

Nas últimas décadas, a produção e o uso sistemático de evidências passaram a ocupar posição central nas políticas públicas educacionais. Esse movimento reflete a crescente compreensão de que decisões relacionadas ao currículo, às práticas pedagógicas, à alocação de recursos e à implementação de programas devem apoiar-se em informações produzidas de forma sistemática, reduzindo a dependência de decisões baseadas exclusivamente em experiência individual, tradição institucional ou percepções subjetivas.

No campo educacional, a abordagem conhecida como *Evidence-Informed Education* deslocou o debate da simples produção de dados para sua utilização na melhoria das decisões. Mais do que ampliar a quantidade de informações disponíveis, essa perspectiva busca fortalecer a capacidade dos sistemas

educacionais de transformar dados em conhecimento e conhecimento em ações capazes de aprimorar a aprendizagem dos estudantes.

A OECD (2023) destaca que sistemas educacionais de alto desempenho compartilham uma característica comum: **utilizam diferentes fontes de evidências para monitorar continuamente o funcionamento das escolas, identificar problemas, acompanhar resultados e orientar intervenções pedagógicas em múltiplos níveis da gestão**. Essa lógica pressupõe a integração entre avaliações internas, avaliações externas, registros administrativos e informações produzidas pelas próprias unidades escolares, compondo um sistema permanente de aprendizagem institucional.

Essa perspectiva amplia o papel tradicional da avaliação educacional. A avaliação deixa de representar um mecanismo destinado apenas à prestação de contas (*accountability*) e passa a integrar os processos de gestão e melhoria contínua. Seu valor reside menos na produção de indicadores isolados do que na capacidade de produzir interpretações que subsidiem decisões pedagógicas e organizacionais.

A literatura especializada também enfatiza que a utilização de evidências depende da qualidade dos sistemas de informação e da capacidade institucional para interpretar seus resultados. Dados, por si sós, não produzem melhoria da aprendizagem. Seu potencial depende da existência de processos organizados de análise, interpretação, planejamento, implementação e monitoramento das ações decorrentes. Em outras palavras, a efetividade das políticas públicas está associada não apenas à disponibilidade de informações, mas ao modo como essas informações são incorporadas aos processos decisórios.

Esse entendimento aproxima a avaliação da noção de aprendizagem institucional. Organizações públicas capazes de monitorar continuamente seus resultados, refletir sobre sua prática e ajustar suas estratégias tendem a responder com maior rapidez às mudanças de contexto e às necessidades da população atendida. A produção de evidências deixa, assim, de representar uma atividade acessória e passa a constituir um componente da própria capacidade estatal de formular, implementar e aperfeiçoar políticas públicas.

No campo educacional, essa perspectiva assume especial relevância em razão da complexidade dos processos de ensino e aprendizagem. O desempenho dos estudantes resulta da interação entre fatores pedagógicos, institucionais, sociais e territoriais, exigindo abordagens analíticas capazes de integrar diferentes dimensões da realidade escolar. Sistemas de monitoramento que combinam indicadores acadêmicos, frequência, permanência, características dos estudantes e contexto das escolas ampliam a capacidade de compreender os resultados observados e de orientar intervenções mais precisas.

Os Estudos de Aprendizagem Contínua inserem-se nesse paradigma ao estruturar a recuperação das aprendizagens como um processo sustentado pela produção contínua de evidências. O uso integrado das informações provenientes do Sistema ISE, dos painéis de monitoramento e das avaliações realizadas pelas escolas permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do ano letivo, identificar situações que demandam intervenção pedagógica e subsidiar decisões em diferentes níveis da gestão educacional.

Mais do que apoiar o acompanhamento operacional da política, essa lógica favorece a construção de um sistema de aprendizagem institucional, no qual escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e Secretaria da Educação utilizam informações produzidas continuamente para revisar estratégias, aperfeiçoar práticas pedagógicas e monitorar a evolução dos resultados. O foco desloca-se da simples verificação do desempenho para a compreensão dos processos que produzem esses resultados, fortalecendo a capacidade da política de responder às necessidades dos estudantes.

O conjunto da literatura discutida neste capítulo evidencia uma convergência entre diferentes campos de investigação. A avaliação educacional produz melhores resultados quando orienta intervenções pedagógicas; a recuperação das aprendizagens depende de acompanhamento contínuo e respostas oportunas; a promoção da equidade requer apoio diferenciado às necessidades dos estudantes; escolas eficazes utilizam sistematicamente informações para orientar sua prática; e políticas públicas alcançam maior efetividade quando incorporam evidências aos processos decisórios. Esses princípios oferecem o fundamento conceitual para interpretar os resultados apresentados nos capítulos seguintes e analisar os Estudos de Aprendizagem Contínua como uma política orientada pela aprendizagem, pela equidade e pela gestão baseada em evidências.

CAPÍTULO 4

Objetivos da Avaliação

O que a avaliação pretende responder e como pode contribuir com o programa.

Avaliações de políticas públicas produzem evidências sobre os resultados alcançados, os fatores associados ao seu desempenho e as oportunidades de aperfeiçoamento da ação governamental. No campo educacional, esse processo assume papel particularmente relevante, dada a complexidade dos fatores que influenciam a aprendizagem e a necessidade de integrar informações pedagógicas, institucionais e contextuais para orientar decisões em diferentes níveis da gestão.

Os Estudos de Aprendizagem Contínua -- EAC constituem uma política voltada à recuperação das aprendizagens por meio do acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos estudantes e da realização de intervenções pedagógicas ao longo do ano letivo. Avaliar seus resultados implica analisar não apenas a evolução dos indicadores educacionais, mas também compreender como esses resultados se distribuem entre diferentes grupos de estudantes, escolas e territórios, produzindo evidências capazes de subsidiar o aperfeiçoamento da política.

Esta avaliação foi estruturada a partir das questões estratégicas definidas pelo Centro de Educação Baseada em Evidências -- CEBE, buscando oferecer uma análise abrangente dos resultados produzidos pelos Estudos de Aprendizagem Contínua e de sua contribuição para a melhoria da aprendizagem, da permanência escolar e da equidade na rede estadual de ensino.

Objetivo geral

Avaliar os resultados dos Estudos de Aprendizagem Contínua na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, analisando sua contribuição para a recuperação das aprendizagens, a melhoria do desempenho escolar, a permanência dos estudantes e a redução das desigualdades educacionais, considerando diferentes contextos territoriais, institucionais e perfis de estudantes.

Objetivos específicos

A avaliação foi organizada em torno dos seguintes objetivos específicos:

- analisar a evolução do desempenho dos estudantes após a > implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua;
- examinar a recuperação das aprendizagens ao longo dos trimestres > letivos e sua evolução entre os anos analisados;
- investigar a relação entre aprendizagem, frequência, aprovação, > reprovação, abandono e permanência escolar;

- identificar diferenças de resultados segundo características > sociodemográficas dos estudantes, condições de vulnerabilidade e > participação em políticas complementares;
- analisar a distribuição territorial dos resultados entre as > Coordenadorias Regionais de Educação;
- examinar a influência de fatores institucionais, como complexidade > de gestão das escolas e organização dos turnos de funcionamento;
- identificar padrões de desempenho entre componentes curriculares e > áreas do conhecimento;
- produzir evidências que subsidiem o aperfeiçoamento da > implementação, do monitoramento e da gestão dos Estudos de > Aprendizagem Contínua.

Esses objetivos definem as dimensões analíticas da investigação e orientam a seleção dos indicadores, das estratégias metodológicas e das análises apresentadas nos capítulos seguintes.

Contribuição da avaliação para a gestão pública

Mais do que mensurar resultados, esta avaliação busca produzir conhecimento aplicável à gestão educacional. Ao integrar diferentes fontes de evidência, procura identificar em quais contextos os Estudos de Aprendizagem Contínua apresentam maior efetividade, quais fatores favorecem ou limitam seus resultados e quais grupos de estudantes demandam maior atenção das políticas públicas.

Sob essa perspectiva, a avaliação constitui um instrumento de aprendizagem institucional. Seus resultados oferecem subsídios para qualificar decisões da Secretaria da Educação, das Coordenadorias Regionais de Educação e das escolas, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias de recuperação das aprendizagens, do monitoramento da política e da gestão baseada em evidências.

Os capítulos seguintes detalham as perguntas avaliativas, a metodologia adotada e os indicadores utilizados para responder aos objetivos estabelecidos, constituindo a base analítica para a interpretação dos resultados apresentados neste relatório.

CAPÍTULO 5

Perguntas Avaliativas

As oito dimensões e perguntas que estruturam a matriz avaliativa.

As perguntas avaliativas constituem o eixo estruturador desta investigação. Delas derivam os indicadores, as estratégias metodológicas e as análises apresentadas nos capítulos seguintes. Enquanto os objetivos da avaliação definem os resultados que se pretende produzir, as perguntas avaliativas delimitam os aspectos da política que serão examinados e orientam a produção das evidências necessárias para respondê-los.

As questões foram elaboradas a partir da matriz de investigação desenvolvida pelo CEBE e organizadas de modo a contemplar as principais dimensões dos Estudos de Aprendizagem Contínua. Em conjunto, permitem analisar a política sob diferentes perspectivas, articulando resultados educacionais, equidade, gestão e implementação.

TABELA 1 **Perguntas avaliativas da pesquisa, por dimensão**

Dimensão	Pergunta avaliativa
Desempenho e recuperação das aprendizagens	Em que medida os Estudos de Aprendizagem Contínua contribuem para melhorar o desempenho dos estudantes e reduzir situações de aprendizagem insuficiente? Como esses resultados evoluem entre os trimestres e entre os anos analisados?
Evolução temporal	Os resultados observados apresentam tendência de melhoria ao longo do período analisado? Existem evidências de consolidação da política entre 2024 e 2025?
Permanência e trajetória escolar	Como aprendizagem, frequência, aprovação, reprovação e abandono se relacionam ao longo da trajetória escolar? Em que medida a recuperação das aprendizagens contribui para fortalecer a permanência dos estudantes?
Equidade educacional	Os resultados diferem entre grupos de estudantes segundo sexo, raça/cor, condição socioeconômica e participação em políticas complementares? Os EAC contribuem para reduzir desigualdades educacionais?
Diferenças territoriais	Como os resultados se distribuem entre as Coordenadorias Regionais de Educação? Quais contextos apresentam maior ou menor efetividade da política?
Fatores institucionais	De que forma características das escolas, como complexidade de gestão e organização dos turnos, influenciam os resultados observados?
Componentes curriculares	Quais áreas do conhecimento concentram maiores dificuldades de aprendizagem? Existem diferenças na capacidade de recuperação entre os componentes curriculares?
Aperfeiçoamento da política	Quais evidências produzidas pela avaliação podem subsidiar o aperfeiçoamento dos Estudos de Aprendizagem Contínua e fortalecer sua implementação?

Fonte: Elaboração: CEBE/Seduc-RS

Dimensão Perguntas avaliativas Desempenho e Em que medida os Estudos de Aprendizagem Contínua recuperação das contribuem para melhorar o desempenho dos estudantes aprendizagens e reduzir situações de aprendizagem insuficiente? Como esses resultados evoluem entre os trimestres e entre os anos analisados?

Evolução Os resultados observados apresentam tendência de temporal melhoria ao longo do período analisado? Existem evidências de consolidação da política entre 2024 e 2025?

Permanência e Como aprendizagem, frequência, aprovação, reprovação trajetória e abandono se relacionam ao longo da trajetória escolar escolar? Em que medida a recuperação das aprendizagens contribui para fortalecer a permanência dos estudantes?

Equidade Os resultados diferem entre grupos de estudantes educacional segundo sexo, raça/cor, condição socioeconômica e participação em políticas complementares? Os EAC contribuem para reduzir desigualdades educacionais?

Diferenças Como os resultados se distribuem entre as territoriais Coordenadorias Regionais de Educação? Quais contextos apresentam maior ou menor efetividade da política?

Fatores De que forma características das escolas, como institucionais complexidade de gestão e organização dos turnos, influenciam os resultados observados?

Componentes Quais áreas do conhecimento concentram maiores curriculares dificuldades de aprendizagem? Existem diferenças na capacidade de recuperação entre os componentes curriculares?

Aperfeiçoamento Quais evidências produzidas pela avaliação podem da política subsidiar o aperfeiçoamento dos Estudos de Aprendizagem Contínua e fortalecer sua implementação?

As perguntas apresentadas organizam toda a estratégia analítica da avaliação. Cada dimensão corresponde a um conjunto de indicadores quantitativos e evidências qualitativas examinados nos capítulos seguintes, permitindo interpretar os resultados da política de forma integrada e produzir subsídios para seu aperfeiçoamento.

CAPÍTULO 6

Metodologia

Métodos mistos: registros administrativos, indicadores de rendimento, avaliações externas e evidências qualitativas.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma avaliação de resultados dos Estudos de Aprendizagem Contínua, desenvolvida para examinar os efeitos observados da política sobre indicadores de aprendizagem, rendimento escolar e permanência dos estudantes da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. O estudo concentra-se na análise dos resultados produzidos durante sua implementação, buscando compreender sua evolução, distribuição entre diferentes contextos educacionais e fatores associados ao desempenho observado.
O delineamento adotado decorre dos objetivos da investigação e da natureza da política avaliada. Os Estudos de Aprendizagem Contínua constituem uma iniciativa de abrangência estadual, implementada simultaneamente em escolas com características institucionais, territoriais e socioeconômicas distintas. Em contextos dessa natureza, os resultados educacionais decorrem da interação entre múltiplos fatores, tornando inadequada a utilização de desenhos voltados à identificação de relações causais estritas entre a intervenção e os resultados observados.

A investigação consiste em analisar os efeitos produzidos pela política em seu contexto real de implementação, identificando padrões de comportamento, diferenças entre grupos de estudantes, escolas e territórios, bem como evidências que possam orientar seu aperfeiçoamento. O propósito da avaliação não é atribuir exclusivamente aos Estudos de Aprendizagem Contínua todas as mudanças verificadas nos indicadores educacionais, mas produzir uma interpretação consistente dos resultados à luz das condições em que a política foi executada.

Essa opção metodológica é coerente com a perspectiva de avaliação orientada por evidências discutida no referencial teórico. Mais do que verificar se alterações ocorreram após a implementação da política, busca compreender como essas mudanças se manifestam, em quais contextos são mais expressivas e quais características da implementação contribuem para explicar os resultados observados. A análise desloca-se, assim, da simples mensuração de indicadores para a compreensão dos processos que os produzem, ampliando seu potencial de contribuição para a gestão educacional.

A avaliação possui natureza aplicada e finalidade eminentemente instrumental. Seu objetivo é produzir conhecimento útil ao aperfeiçoamento dos Estudos de Aprendizagem Contínua, oferecendo subsídios para o planejamento pedagógico, o monitoramento da política e a tomada de decisão pela Secretaria da Educação, pelas Coordenadorias Regionais de Educação e pelas unidades escolares. Nesse sentido, a investigação insere-se em uma perspectiva de aprendizagem institucional, na qual a avaliação constitui um mecanismo permanente de produção de conhecimento para qualificar políticas públicas e fortalecer decisões fundamentadas em evidências.

Estratégia metodológica

A investigação foi conduzida por meio de uma abordagem de métodos mistos (*mixed methods*), integrando evidências quantitativas e qualitativas para examinar os resultados dos Estudos de Aprendizagem Contínua sob diferentes perspectivas. A adoção desse desenho decorre do reconhecimento de que políticas públicas educacionais produzem resultados que não podem ser plenamente compreendidos por uma única estratégia de investigação. Embora os indicadores quantitativos permitam identificar padrões, tendências e diferenças entre grupos, eles oferecem explicações limitadas sobre os processos institucionais e pedagógicos que produzem esses resultados.

Nesse contexto, a combinação entre abordagens quantitativas e qualitativas amplia a capacidade interpretativa da avaliação. A análise quantitativa permite dimensionar a evolução dos indicadores de aprendizagem, rendimento escolar e permanência, bem como examinar sua distribuição entre estudantes, escolas e territórios. A investigação qualitativa, por sua vez, possibilita compreender como a política é implementada, quais estratégias pedagógicas são mobilizadas pelas escolas e quais fatores favorecem ou limitam sua efetividade em diferentes contextos.

A complementaridade entre essas abordagens constitui um elemento central do desenho metodológico. Em vez de desenvolver análises paralelas, a pesquisa articula evidências produzidas por diferentes procedimentos de investigação, permitindo que os resultados quantitativos sejam interpretados à luz das informações obtidas junto às escolas e que as evidências qualitativas sejam contextualizadas pelos padrões identificados nos indicadores educacionais.

A estratégia metodológica foi organizada em três etapas integradas. A primeira compreendeu a definição das perguntas avaliativas, da matriz analítica e dos indicadores utilizados na investigação. Na segunda etapa, procedeu-se à consolidação, ao tratamento e à análise das bases quantitativas, complementadas pela produção das evidências qualitativas por meio de entrevistas e visitas técnicas. A etapa final consistiu na integração dessas diferentes fontes de informação, permitindo interpretar os resultados de forma articulada e produzir evidências orientadas ao aperfeiçoamento da política.

Essa estrutura metodológica está alinhada à perspectiva de avaliação orientada por evidências discutida no referencial teórico, segundo a qual a compreensão dos resultados de uma política pública depende da articulação entre diferentes fontes de informação, da análise dos contextos de implementação e da interpretação integrada dos processos e resultados observados.

Produção das evidências

A produção das evidências fundamentou-se na integração de registros administrativos, documentos institucionais e informações qualitativas produzidas especificamente para esta avaliação. Essa combinação permitiu analisar os Estudos de Aprendizagem Contínua em múltiplas dimensões, articulando indicadores educacionais, características dos estudantes, processos de implementação e contextos institucionais das escolas.

A principal base empírica da investigação é constituída pelos registros administrativos da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, extraídos do Sistema ISE e dos painéis de monitoramento dos Estudos de Aprendizagem Contínua. Essas bases reúnem informações sobre desempenho acadêmico, frequência, rendimento escolar, situação final dos estudantes, componentes curriculares, participação nas ações de recuperação das aprendizagens e demais indicadores utilizados para o acompanhamento

da política. Sua abrangência permite examinar os resultados dos Estudos de Aprendizagem Contínua em escala estadual e identificar diferenças entre escolas, Coordenadorias Regionais de Educação e grupos de estudantes.

A caracterização da política foi complementada pela análise do Documento Orientador dos Estudos de Aprendizagem Contínua e de documentos técnicos elaborados pela Secretaria da Educação durante sua implementação. Esses materiais subsidiaram a compreensão dos objetivos, das diretrizes pedagógicas, da organização operacional e dos mecanismos de acompanhamento previstos para a política, oferecendo o contexto necessário à interpretação dos resultados observados.

As análises contemplam diferentes recortes temporais, definidos de acordo com a natureza dos indicadores investigados. Os resultados relativos ao rendimento escolar abrangem o período de 2022 a 2025, permitindo examinar tendências anteriores e posteriores à consolidação dos Estudos de Aprendizagem Contínua. As análises específicas da política concentram-se nos anos letivos de 2024 e 2025, quando os EAC passaram a dispor de maior estabilidade operacional e de bases sistematizadas para monitoramento. Todas as informações utilizadas correspondem às bases institucionais disponíveis até 25 de maio de 2026.

A população de estudo compreende os estudantes da rede estadual participantes dos Estudos de Aprendizagem Contínua. Conforme a natureza de cada análise, os resultados foram desagregados por etapa do Ensino Médio, Coordenadoria Regional de Educação, sexo, raça/cor, condição socioeconômica, participação no Programa Todo Jovem na Escola, turno de funcionamento, Índice de Complexidade de Gestão e componente curricular. Essa estratégia permitiu examinar a heterogeneidade dos resultados e identificar padrões associados às características dos diferentes contextos educacionais.

A produção das evidências qualitativas ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, professores e estudantes, complementadas por visitas técnicas às escolas participantes da pesquisa. As entrevistas buscaram compreender as estratégias adotadas para a implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC), os desafios enfrentados pelas equipes escolares, as práticas de recuperação das aprendizagens e a percepção dos diferentes atores sobre os resultados da política.

A amostra do estudo de campo foi composta por 17 escolas da rede estadual, selecionadas a partir do critério de contraste de desempenho, contemplando tanto estabelecimentos com os maiores percentuais de estudantes com notas abaixo da média quanto aqueles com os menores percentuais. Em cada unidade visitada, a coleta apoiou-se em roteiros semiestruturados específicos para cada público disponível no momento, abrangendo membros da equipe diretiva, professores e grupos de 4 a 5 estudantes oriundos de diferentes turmas e anos do Ensino Médio. Essa abordagem permitiu triangular a percepção dos diferentes sujeitos da comunidade escolar e analisar a efetividade do EAC em contextos socioeducacionais heterogêneos.

As visitas técnicas foram realizadas em dezessete escolas distribuídas entre as 1ª, 3ª, 10ª, 12ª, 27ª, 32ª e 35ª Coordenadorias Regionais de Educação, contemplando instituições com diferentes níveis de desempenho nos Estudos de Aprendizagem Contínua, escolas de tempo integral e unidades participantes de programas de apoio intensivo. Também foi realizada visita técnica à 32ª Coordenadoria Regional de Educação. Essa diversidade permitiu observar diferentes formas de implementação da política e ampliar a compreensão dos fatores associados aos resultados identificados na análise quantitativa.

A integração entre registros administrativos, documentos institucionais e evidências qualitativas constitui um dos principais atributos metodológicos desta avaliação. Em vez de tratar cada fonte de forma independente, a investigação articula informações produzidas por diferentes procedimentos para

construir interpretações convergentes sobre um mesmo fenômeno. Essa estratégia fortalece a consistência das análises, amplia seu potencial explicativo e reduz limitações inerentes ao uso isolado de cada tipo de evidência.

Estratégia analítica

A estratégia analítica foi estruturada a partir das perguntas avaliativas apresentadas no Capítulo 5. Cada dimensão da avaliação mobilizou um conjunto específico de indicadores quantitativos e evidências qualitativas, permitindo examinar os Estudos de Aprendizagem Contínua sob diferentes perspectivas e produzir interpretações consistentes sobre seus resultados.

A análise quantitativa concentrou-se na caracterização e comparação dos principais indicadores educacionais associados à política. Inicialmente, foram empregadas técnicas de estatística descritiva para sintetizar a distribuição dos dados, identificar tendências gerais e caracterizar o comportamento das variáveis investigadas. Foram calculadas frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central, medidas de dispersão e indicadores de variação, conforme a natureza de cada variável.

Em seguida, realizaram-se análises comparativas entre diferentes grupos de estudantes, escolas e Coordenadorias Regionais de Educação, considerando características sociodemográficas, condições de vulnerabilidade, componentes curriculares, organização das escolas e demais fatores contemplados na matriz analítica da pesquisa. Essas comparações buscaram identificar padrões de comportamento, diferenças sistemáticas entre grupos e possíveis associações entre características contextuais e os resultados observados.

As análises também incorporaram uma perspectiva temporal, permitindo acompanhar a evolução dos indicadores ao longo dos anos e entre os diferentes trimestres letivos. Essa abordagem possibilitou examinar tendências de melhoria, estabilidade ou redução do desempenho, bem como verificar a consistência dos resultados produzidos pelos Estudos de Aprendizagem Contínua durante seu processo de consolidação na rede estadual.

A investigação qualitativa teve como finalidade interpretar os resultados identificados na análise quantitativa. As entrevistas e visitas técnicas foram examinadas por meio de análise temática, buscando identificar padrões recorrentes relacionados à implementação da política, às estratégias pedagógicas adotadas pelas escolas, aos desafios enfrentados pelas equipes e às percepções dos diferentes atores sobre os efeitos dos Estudos de Aprendizagem Contínua. As categorias analíticas foram construídas de forma articulada às perguntas avaliativas, permitindo relacionar as evidências qualitativas às dimensões investigadas na avaliação.

A integração entre as diferentes evidências ocorreu por meio de triangulação analítica. Nessa etapa, registros administrativos, documentos institucionais, entrevistas e observações realizadas durante as visitas técnicas foram analisados de forma complementar, buscando verificar a convergência, a complementaridade ou eventuais divergências entre as diferentes fontes de informação. Essa estratégia ampliou a capacidade explicativa da avaliação, permitindo interpretar os resultados quantitativos à luz dos contextos de implementação da política e compreender como diferentes fatores institucionais e pedagógicos influenciam os resultados observados.

A interpretação dos resultados foi orientada pelos referenciais teóricos apresentados no Capítulo 3, particularmente pelas contribuições da literatura sobre avaliação para a aprendizagem, recuperação das aprendizagens, equidade educacional, eficácia escolar e gestão baseada em evidências. Essa articulação

entre teoria, método e resultados permitiu superar uma abordagem meramente descritiva dos indicadores e produzir uma análise orientada para a compreensão dos mecanismos que favorecem ou limitam a efetividade da política.

Limitações da avaliação

Como toda investigação aplicada, esta avaliação de resultados apresenta limitações que devem ser consideradas na sua interpretação.

Em primeiro lugar, trata-se de uma avaliação de resultados desenvolvida em contexto real de implementação. Consequentemente, o estudo não foi concebido para estabelecer relações causais entre os Estudos de Aprendizagem Contínua e os resultados observados, uma vez que o desempenho educacional é influenciado por múltiplos fatores de natureza pedagógica, institucional, social e territorial que atuam de forma simultânea.

Também devem ser consideradas as limitações inerentes ao uso de registros administrativos. Embora as bases institucionais da Secretaria da Educação apresentem elevada abrangência e constituam a principal fonte de monitoramento da política, sua qualidade depende da consistência dos processos de registro realizados pelas unidades escolares, podendo ocorrer variações decorrentes de atualizações cadastrais, diferenças nos procedimentos de alimentação dos sistemas e aperfeiçoamentos implementados ao longo do período analisado.

No componente qualitativo, a seleção das escolas e dos participantes privilegiou a diversidade de contextos de implementação, buscando ampliar o potencial interpretativo da investigação. Entretanto, como ocorre em estudos dessa natureza, as evidências produzidas por entrevistas e visitas técnicas não possuem finalidade de representação estatística, mas de aprofundamento analítico dos processos observados.

Essas limitações, contudo, não comprometem a consistência da avaliação. Ao contrário, foram consideradas na definição do desenho metodológico e mitigadas pela integração de diferentes fontes de evidência, pela abrangência das bases quantitativas utilizadas e pela adoção de uma estratégia de triangulação de métodos que permitiu confrontar informações produzidas por distintos procedimentos de investigação. A convergência entre essas evidências fortalece a robustez das interpretações apresentadas e amplia sua utilidade para o aperfeiçoamento dos Estudos de Aprendizagem Contínua.

CAPÍTULO 7

Indicadores da Avaliação

Os indicadores que sustentam a leitura integrada dos resultados.

Os indicadores selecionados traduzem os objetivos e as perguntas avaliativas em medidas observáveis, permitindo examinar os resultados dos Estudos de Aprendizagem Contínua em diferentes dimensões. A matriz contempla indicadores diretamente associados à recuperação das aprendizagens e medidas mais amplas de rendimento, frequência, permanência e equidade escolar.

A avaliação não atribui significado conclusivo a indicadores isolados. A redução do número de estudantes com desempenho insuficiente, por exemplo, precisa ser interpretada em conjunto com a frequência, a evolução do rendimento, a permanência escolar e a distribuição dos resultados entre diferentes grupos e contextos. Essa leitura integrada evita conclusões baseadas em variações pontuais e permite analisar a política como parte de um processo educacional mais amplo.

Os indicadores foram organizados em cinco dimensões:

I. desempenho acadêmico;

II. recuperação das aprendizagens;

III. rendimento e trajetória escolar;

IV. permanência e engajamento;

V. equidade e contexto de implementação.

Desempenho acadêmico

A dimensão de desempenho acadêmico permite identificar a extensão das dificuldades de aprendizagem após as intervenções realizadas durante os Estudos de Aprendizagem Contínua. Três indicadores concentram essa análise.

a) Estudantes com pelo menos um componente curricular abaixo da média: O indicador corresponde ao percentual de estudantes que permanecem com desempenho inferior ao critério estabelecido pela rede estadual em pelo menos um componente curricular após a realização dos EAC. Sua função é dimensionar a parcela dos estudantes que ainda necessita de acompanhamento pedagógico. Reduções ao longo dos trimestres ou entre os anos analisados podem indicar avanço na recuperação das aprendizagens. Essa interpretação deve considerar a composição do público atendido, as características das escolas e as condições territoriais de implementação.

b) Estudantes com três ou mais componentes curriculares abaixo da média: Este indicador identifica estudantes com dificuldades distribuídas por diferentes componentes curriculares e, portanto, em situação de maior vulnerabilidade acadêmica. Sua análise permite verificar se as intervenções alcançam os estudantes que acumulam maiores defasagens e apresentam maior risco de reprovação, de desengajamento e de interrupção da trajetória escolar. A redução desse percentual constitui um dos principais parâmetros para avaliar a capacidade dos EAC de responder às situações mais complexas de aprendizagem. Os dois indicadores devem ser analisados de forma complementar. O primeiro informa a abrangência das dificuldades de desempenho; o segundo identifica sua intensidade e concentração entre os estudantes.

c) Estudantes com níveis adequado e avançado nos componentes do SAERS: Percentual de estudantes que alcançam os níveis Adequado ou Avançado de proficiência nas avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), considerando os componentes curriculares avaliados. O indicador expressa a proporção de estudantes que demonstram domínio dos conhecimentos, habilidades e competências esperados para sua etapa de escolaridade, conforme a escala de proficiência do SAERS. Quanto maior esse percentual, maior é a parcela de estudantes que atingiu os padrões de aprendizagem considerados desejáveis para o componente avaliado.

Recuperação das aprendizagens

A recuperação das aprendizagens constitui a dimensão mais diretamente relacionada à finalidade pedagógica dos EAC. Seus indicadores examinam a mudança observada na situação dos estudantes após as intervenções desenvolvidas pelas escolas.

a) Taxa de recuperação das aprendizagens: A taxa de recuperação expressa a proporção de estudantes que superaram situações de desempenho insuficiente após a realização das atividades de recuperação e reavaliação. O indicador é calculado a partir da comparação entre a situação registrada antes e depois das intervenções em cada período avaliativo. Valores mais elevados indicam maior capacidade das ações pedagógicas de reduzir as dificuldades identificadas. Sua interpretação, entretanto, deve considerar a condição inicial dos estudantes. Escolas e territórios com maior concentração de defasagens podem apresentar desafios distintos daqueles observados em contextos com níveis iniciais de desempenho mais elevados.

b) Evolução entre os trimestres: A comparação entre os trimestres permite acompanhar o comportamento dos indicadores durante o ano letivo e verificar se a capacidade de recuperação se mantém, se amplia ou perde intensidade. Essa análise também permite identificar períodos em que as ações apresentam maior resolutividade e examinar se o desenvolvimento da política produz aprendizagem institucional nas escolas. Variações entre os trimestres devem ser interpretadas à luz do calendário, do tempo disponível para as intervenções e das condições de implementação em cada período.

c) Evolução entre os anos analisados: A comparação entre 2024 e 2025 permite verificar mudanças na capacidade de implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua e identificar indícios de consolidação da política. A melhoria entre os anos pode refletir maior apropriação das orientações pedagógicas, aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e maior capacidade das escolas de integrar diagnóstico, intervenção e reavaliação. Por se tratar de uma avaliação de resultados, essas variações não são interpretadas como efeitos causais exclusivos da política, mas como evidências de sua evolução no período.

Rendimento e trajetória escolar

Os indicadores de rendimento permitem examinar possíveis relações entre a recuperação das aprendizagens e os resultados finais da trajetória escolar. Embora sejam influenciados por diversos fatores, aprovação, reprovação e abandono oferecem uma visão mais ampla do percurso dos estudantes na rede.

a) Taxa de aprovação: A taxa de aprovação corresponde à proporção de estudantes que concluem o ano letivo com progressão para a etapa seguinte. Seu comportamento permite verificar se a melhoria observada durante os trimestres se associa à conclusão bem-sucedida do percurso escolar. A aprovação, contudo, não deve ser utilizada isoladamente como medida de qualidade. Seu crescimento adquire maior significado quando acompanhado pela melhoria dos indicadores de aprendizagem e pela redução das desigualdades entre grupos.

b) Taxa de reprovação: A taxa de reprovação representa a proporção de estudantes que não alcançam os critérios definidos para progressão escolar. A reprovação está associada à distorção idade-etapa, ao desengajamento e ao risco de abandono. A redução desse indicador pode sinalizar maior capacidade das escolas de intervir antes que as dificuldades se consolidem, desde que acompanhada por evidências de aprendizagem.

c) Taxa de não concluintes: A taxa de não concluintes representa a proporção de estudantes que não concluíram o período letivo por interrupção da trajetória escolar, calculada pela soma dos estudantes em situação de abandono escolar e daqueles com matrícula cancelada em relação ao total de matrículas. Ao considerar simultaneamente essas duas formas de desligamento, o indicador amplia a capacidade de monitorar a perda de vínculo com a escola e identificar interrupções na trajetória educacional que não seriam captadas apenas pela taxa de abandono.

Permanência e engajamento

Esta dimensão examina as condições de participação dos estudantes no processo educativo e nas oportunidades de recuperação das aprendizagens.

a) Frequência escolar: A frequência representa a participação dos estudantes nas atividades escolares ao longo do período letivo. Ela constitui uma condição para o acesso às intervenções pedagógicas previstas pelos EAC e mantém relação direta com as oportunidades de aprendizagem. A análise considera a frequência média e sua associação com os indicadores de desempenho e recuperação. Resultados inferiores entre estudantes com baixa frequência podem decorrer, em parte, da menor exposição às ações pedagógicas. Ao mesmo tempo, dificuldades persistentes de aprendizagem podem contribuir para reduzir o interesse e a presença na escola. A relação entre essas variáveis deve, portanto, ser interpretada de maneira bidirecional.

b) Engajamento escolar: O engajamento não é representado por uma única variável. Neste estudo, sua análise utiliza como aproximações a frequência, a participação nas ações de recuperação, a evolução do desempenho e a permanência ao longo do ano letivo. A combinação dessas medidas permite observar o vínculo do estudante com a escola e com o processo de aprendizagem. Seu uso exige cautela, pois os registros administrativos não captam integralmente dimensões subjetivas, relacionais e comportamentais do engajamento.

Equidade e contexto de implementação

A análise dos resultados médios da rede pode ocultar diferenças relevantes entre grupos de estudantes, escolas e territórios. Por essa razão, os principais indicadores são desagregados segundo características sociodemográficas e institucionais.

Os recortes considerados incluem: sexo; raça/cor; condição socioeconômica; participação no Programa Todo Jovem na Escola; etapa do Ensino Médio; turno de funcionamento; componente curricular; Índice de Complexidade de Gestão; e Coordenadoria Regional de Educação.

Essas desagregações permitem identificar grupos que concentram maiores dificuldades, diferenças na capacidade de recuperação e contextos em que a política apresenta resultados mais ou menos favoráveis. Sua finalidade não é atribuir o desempenho a características individuais ou escolares isoladas, mas reconhecer padrões que possam orientar estratégias diferenciadas de acompanhamento e apoio.

a) Indicadores territoriais: A comparação entre as Coordenadorias Regionais de Educação permite examinar a distribuição espacial dos resultados e identificar variações territoriais na implementação dos EAC. São considerados, entre outros, o percentual de estudantes com desempenho insuficiente, a taxa de recuperação, a frequência e os indicadores de rendimento escolar. A análise territorial pode revelar regiões com maior capacidade de resposta, experiências passíveis de aprofundamento e contextos que demandam apoio institucional específico. Diferenças entre as CREs devem ser interpretadas considerando as condições socioeconômicas, a composição da rede, a disponibilidade de recursos e as características das escolas de cada território. Rankings isolados oferecem informação limitada e podem induzir conclusões inadequadas quando desconsideram essas diferenças.

b) Complexidade de gestão e turnos escolares: O Índice de Complexidade de Gestão permite examinar se características organizacionais das escolas estão associadas à implementação e aos resultados da política. Escolas maiores, com maior diversidade de etapas, turnos e modalidades, podem enfrentar desafios adicionais para organizar intervenções, acompanhar estudantes e registrar informações. A desagregação por turno busca identificar diferenças entre manhã, tarde, tempo integral e noite. Esses resultados devem ser interpretados considerando o perfil dos estudantes e as condições específicas de funcionamento, sobretudo no turno noturno, em que trabalho, deslocamento e responsabilidades familiares podem influenciar frequência e aprendizagem.

c) Componentes curriculares: A análise por componente curricular permite identificar áreas que concentram maiores dificuldades e aquelas em que as intervenções apresentam maior capacidade de recuperação. Além da comparação entre disciplinas, os resultados podem revelar padrões associados a competências transversais, como leitura, interpretação, argumentação e resolução de problemas. Essa análise oferece subsídios para estratégias pedagógicas específicas e para ações integradas entre componentes curriculares.

Leitura integrada dos indicadores

A avaliação dos Estudos de Aprendizagem Contínua requer a articulação entre as dimensões apresentadas. Nenhum indicador, isoladamente, é suficiente para demonstrar a efetividade da política.

A redução do percentual de estudantes com notas abaixo da média ganha maior consistência quando acompanhada por aumento da recuperação, manutenção ou melhoria da frequência, redução da reprovação e do abandono e diminuição das diferenças entre grupos. Do mesmo modo, o crescimento da

aprovação deve ser examinado em conjunto com as evidências de aprendizagem, evitando que a progressão escolar seja interpretada como resultado suficiente.

A leitura integrada também permite distinguir avanços agregados de melhorias distribuídas de forma equitativa. Uma evolução positiva na média estadual pode coexistir com desigualdades persistentes entre estudantes, escolas ou regiões. Por essa razão, a análise considera simultaneamente a direção das mudanças, sua magnitude, sua distribuição e o contexto em que ocorrem.

Essa estrutura de indicadores orienta a apresentação dos resultados no capítulo seguinte e permite avaliar os EAC como uma política de recuperação das aprendizagens articulada à permanência, à equidade e à capacidade de gestão da rede estadual.

CAPÍTULO 8

Resultados

Panorama estadual, evolução histórica, frequência, recuperação, territórios, equidade, gestão, turnos e componentes.

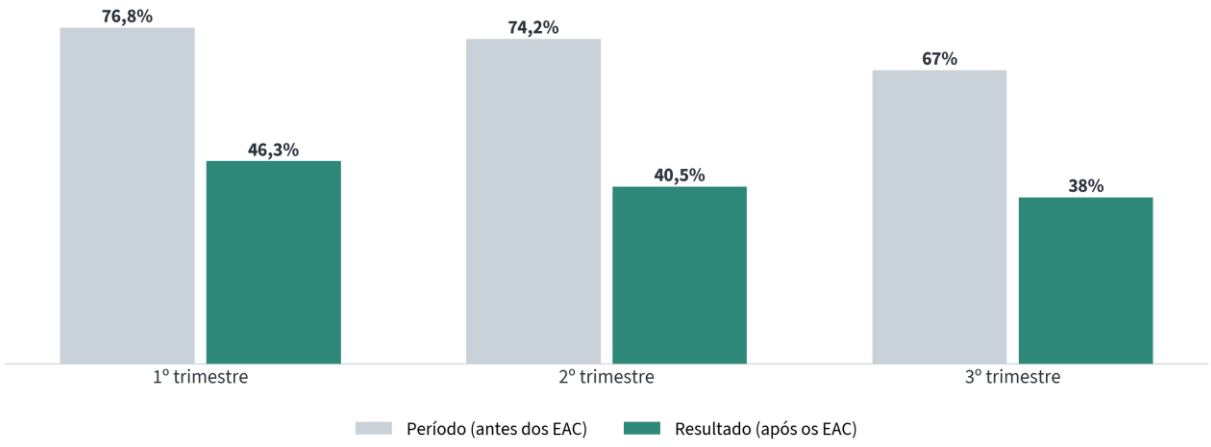
Este capítulo apresenta os resultados da avaliação dos EAC, com base nos registros administrativos da Secretaria da Educação, nos indicadores de rendimento escolar, nos dados do Sistema ISE e nas evidências qualitativas produzidas durante as visitas técnicas às escolas. As análises estão organizadas segundo as dimensões definidas na matriz avaliativa e abrangem o desempenho acadêmico, a recuperação das aprendizagens, a permanência escolar, a equidade e as diferenças entre grupos, escolas e territórios.

Panorama estadual dos Estudos de Aprendizagem Contínua

A análise inicia-se pelo panorama estadual dos Estudos de Aprendizagem Contínua em 2024 e 2025, considerando a evolução do percentual de estudantes que permaneceram com um ou mais componentes curriculares abaixo da média antes (Período) e após (Resultado) as ações de recuperação das aprendizagens.

Os indicadores mostram redução progressiva tanto do percentual de estudantes com pelo menos um componente curricular abaixo da média quanto daqueles com três ou mais componentes em situação de insuficiência, indicando melhora do desempenho ao longo do ano letivo.

GRÁFICO 1 **Proporção de estudantes com alguma nota abaixo da média**



Fonte: ISE Seduc/RS

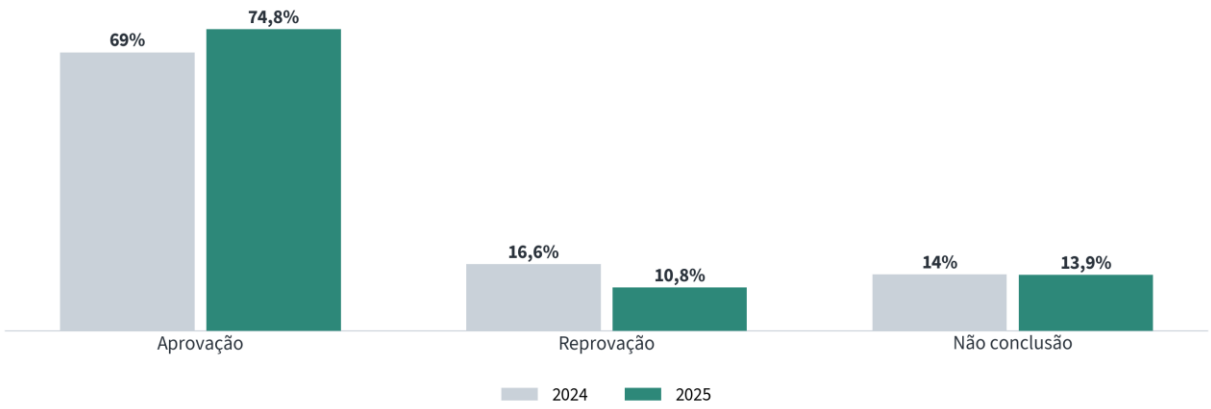
Esses resultados devem ser interpretados com cautela, uma vez que a evolução observada pode refletir tanto os efeitos das intervenções promovidas pelos EAC quanto a progressão natural das aprendizagens durante o ano escolar. Por essa razão, as seções seguintes examinam a evolução temporal dos indicadores e sua distribuição entre diferentes grupos de estudantes, escolas e contextos de implementação.

Evolução Histórica do Rendimento Escolar

A série histórica evidencia trajetórias distintas entre os três anos do Ensino Médio. Em 2025, a aprovação aumentou e a reprovação diminuiu em todas as etapas, mas a evolução da não conclusão foi menos uniforme.

Na 1ª série, a aprovação passou de 69,0% em 2024 para 74,8% em 2025, enquanto a reprovação caiu de 16,6% para 10,8%. A taxa de não concluintes permaneceu praticamente estável, variando de 14,0% para 13,9%. Embora os resultados indiquem recuperação do rendimento, a 1ª série continua concentrando os maiores níveis de reprovação e não conclusão, confirmando sua posição como etapa mais crítica da trajetória no Ensino Médio.

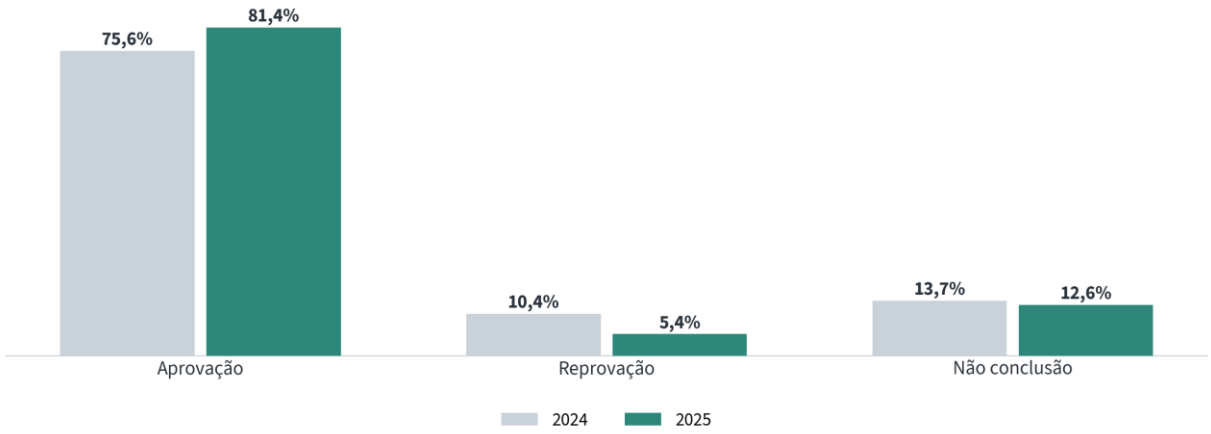
GRÁFICO 2 **Taxa de rendimento escolar da 1ª série do Ensino Médio**



Fonte: ISE Seduc/RS

A 2ª série apresentou evolução semelhante. A aprovação cresceu de 75,6% para 81,4%, acompanhada pela redução da reprovação, de 10,4% para 5,4%, e da taxa de não concluintes, de 13,7% para 12,6%. Nesse caso, a melhora do rendimento foi acompanhada por avanço, ainda que moderado, na permanência escolar.

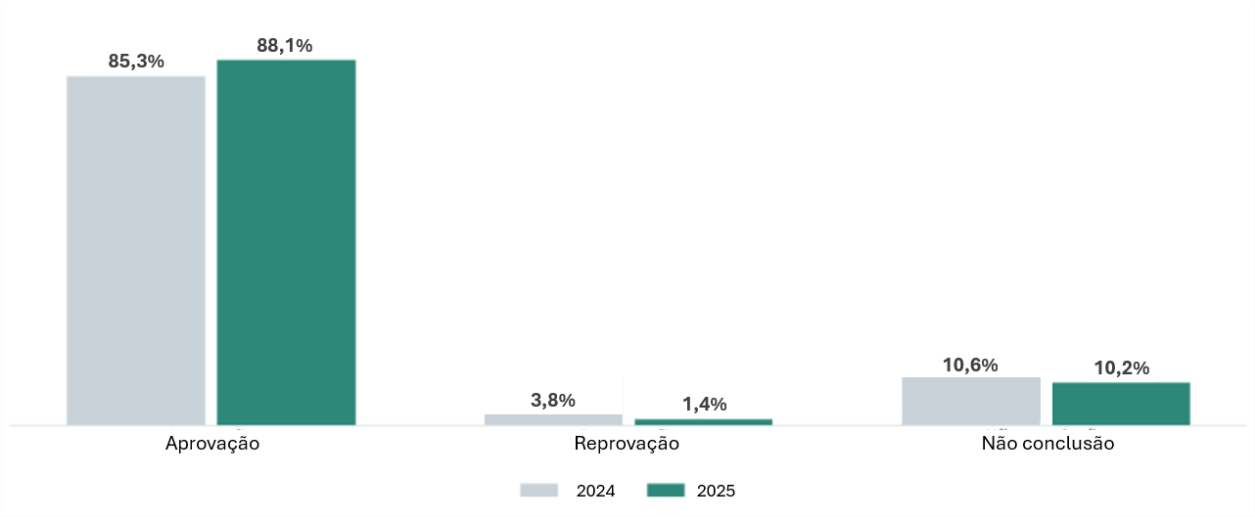
GRÁFICO 3 **Taxa de rendimento escolar da 2ª série do Ensino Médio**



Fonte: ISE Seduc/RS

Na 3ª série, a aprovação manteve a trajetória de crescimento observada desde 2022, alcançando 88,1% em 2025, enquanto a reprovação caiu para 1,4%, o menor percentual da série histórica. A taxa de não concluintes também apresentou melhora ao longo da série histórica, passando de 16,5% em 2022 para 10,2% em 2025. Entre 2024 e 2025, a redução foi discreta, de 10,6% para 10,2%, indicando estabilidade em um patamar inferior ao observado nos anos anteriores. Esse comportamento sugere que a melhora da aprovação foi acompanhada por avanços na permanência escolar, ainda que em ritmo mais lento do que a redução da reprovação.

GRÁFICO 4 **Taxa de rendimento escolar da 3ª série do Ensino Médio**



Fonte: ISE Seduc/RS

Em conjunto, os resultados mostram melhora dos indicadores de aprovação e reprovação em 2025, especialmente nos dois primeiros anos. A permanência, entretanto, segue uma dinâmica própria e não acompanha automaticamente a evolução do desempenho. Essa diferença reforça a necessidade de articular a recuperação das aprendizagens ao monitoramento da frequência, à busca ativa e ao acompanhamento das trajetórias, com atenção particular ao ingresso no Ensino Médio e à conclusão da 3ª série.

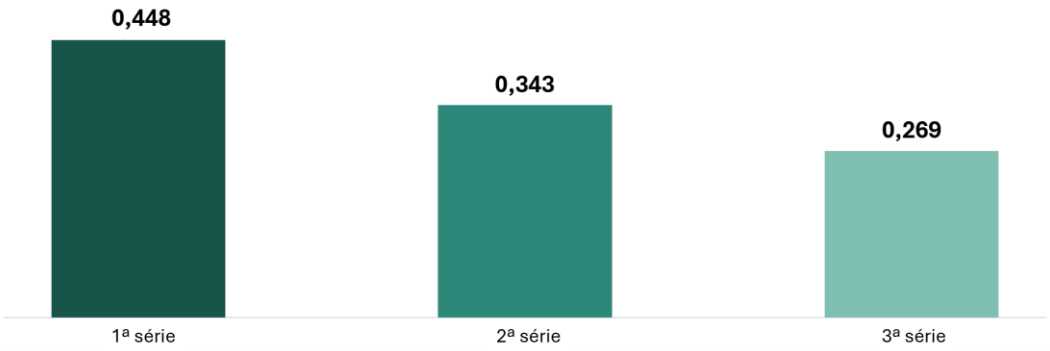
Os dados apontam para uma trajetória consistente de recuperação das aprendizagens e fortalecimento do fluxo escolar. Ainda assim, o fato de a taxa de estudantes não concluintes permanecer entorno de 10% a 14%, evidencia que os desafios relacionados à permanência não foram integralmente superados. Embora os avanços pedagógicos tenham contribuído para ampliar a aprovação e reduzir a reprovação, persistem fatores estruturais que influenciam a conclusão da Educação Básica, como a vulnerabilidade social, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e a perda de vínculo dos estudantes com a escola ao longo da trajetória escolar. Dessa forma, a consolidação dos resultados requer que as políticas de melhoria da aprendizagem sejam acompanhadas por ações integradas de assistência socioeducativa, proteção social e fortalecimento do vínculo escolar, assegurando não apenas o sucesso acadêmico, mas também a permanência e a conclusão da educação básica.

Frequência Escolar

A frequência escolar apresenta associação positiva com o desempenho acadêmico. A análise de mais de 3,4 milhões de registros de estudante e componente curricular identificou correlação de Spearman de 0,448 na 1ª série, 0,343 no 2º e 0,269 na 3ª série. A relação é mais intensa no ingresso no Ensino Médio, indicando que estudantes menos frequentes na 1ª série constituem público prioritário para ações integradas de aprendizagem e permanência. Esses coeficientes expressam associação, sem demonstrar que a frequência, isoladamente, determine o desempenho.

As séries mensais mostram oscilações mais acentuadas em 2023 e 2024, seguidas por maior estabilidade em 2025 nos três anos escolares. As quedas registradas no primeiro semestre de 2024 coincidem com as interrupções provocadas pelas enchentes, enquanto a recuperação posterior recompõe os níveis de participação. Em 2025, a frequência permanece, em geral, entre aproximadamente 85% e 90%, com trajetória semelhante nos três anos. A estabilização amplia as condições de participação nas intervenções pedagógicas, mas não permite atribuir diretamente a ela a melhoria observada nos indicadores dos EAC.

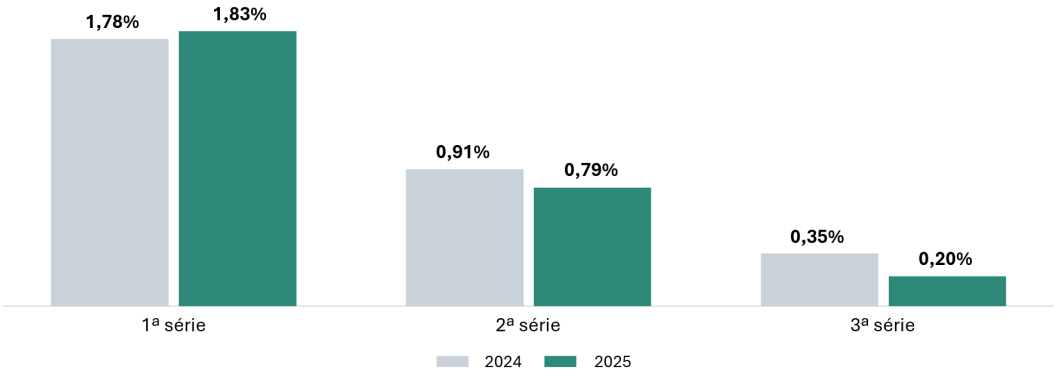
GRÁFICO 5 Correlação entre frequência escolar e desempenho acadêmico, por ano do Ensino Médio (coeficiente de Spearman)



Fonte: ISE Seduc/RS

As taxas trimestrais de abandono acrescentam uma dimensão relevante à análise. Nos três anos, os percentuais são reduzidos nos dois primeiros trimestres e aumentam no terceiro, indicando que o risco de interrupção da trajetória se acumula ao longo do ano letivo. O padrão é particularmente evidente na 1ª série, cuja taxa alcança 1,78% em 2024 e 1,83% em 2025 no terceiro trimestre. A estabilidade entre os anos revela que a melhoria da aprovação e da recuperação das aprendizagens ainda não se traduziu em redução do abandono nessa etapa.

GRÁFICO 6 **Taxa de abandono no 3º trimestre por ano do Ensino Médio (2024–2025)**



Fonte: ISE Seduc/RS

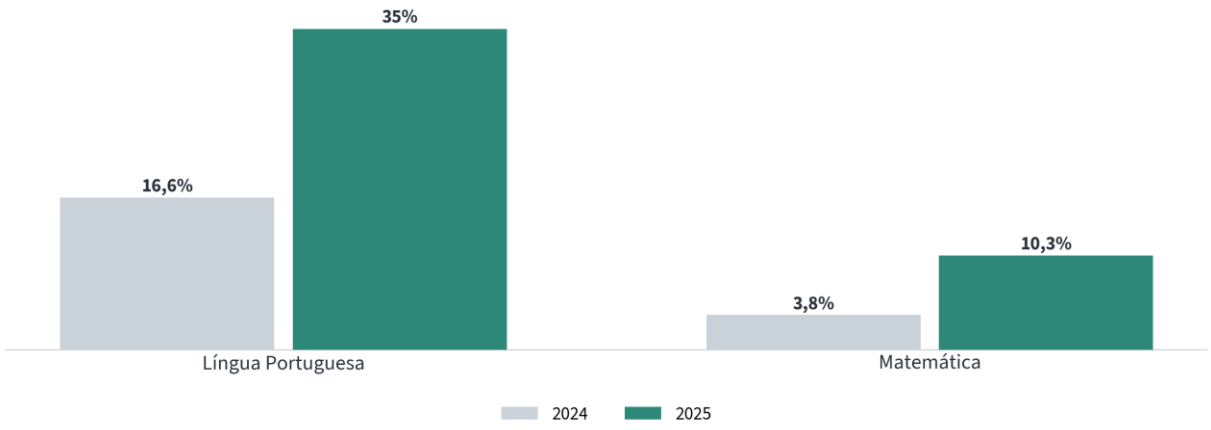
Na 2ª série, a taxa do terceiro trimestre diminui de 0,91% em 2024 para 0,79% em 2025. Na 3ª série, a redução é mais acentuada, de 0,35% para 0,20%. Embora favoráveis, essas variações são pequenas em termos absolutos e devem ser interpretadas considerando o baixo nível inicial do indicador. Os dados mostram, sobretudo, que o abandono permanece concentrado no encerramento do ano escolar, quando as dificuldades acadêmicas, a infrequência acumulada e outros fatores de vulnerabilidade podem comprometer a continuidade dos estudos.

A combinação entre frequência, desempenho e abandono reforça a necessidade de acompanhamento longitudinal. Os EAC oferecem oportunidades de recuperação para estudantes que permanecem vinculados às atividades escolares, mas sua capacidade de alcançar alunos com frequência irregular depende da articulação com estratégias de controle da infrequência, busca ativa e apoio à permanência. Essa integração é especialmente necessária na 1ª série e durante o terceiro trimestre, períodos em que os indicadores revelam maior exposição à interrupção da trajetória.

Recuperação das Aprendizagens

Os resultados indicam avanços consistentes na recuperação das aprendizagens em diferentes indicadores analisados. No SAERS, a proporção de estudantes classificados nos níveis Adequado e Avançado aumentou de 16,6% para 35,0% em Língua Portuguesa e de 3,8% para 10,3% em Matemática entre 2024 e 2025. Paralelamente, os Estudos de Aprendizagem Contínua promoveram redução crescente do número de estudantes com desempenho insuficiente ao longo do ano letivo: após as intervenções pedagógicas, a variação no número de estudantes com pelo menos uma nota abaixo da média passou de 39,5% no primeiro trimestre para 45,1% no segundo e manteve-se elevada no terceiro trimestre (43,2%). Entre os estudantes com três ou mais componentes curriculares abaixo da média --- grupo historicamente mais vulnerável ao fracasso escolar --- as reduções alcançaram 57,0%, 62,9% e 61,4% nos três trimestres de 2025. Em conjunto, esses resultados são consistentes com a lógica dos Estudos de Aprendizagem Contínua, baseada na identificação precoce das dificuldades, na realização de intervenções pedagógicas sucessivas e no monitoramento contínuo das aprendizagens ao longo do percurso escolar.

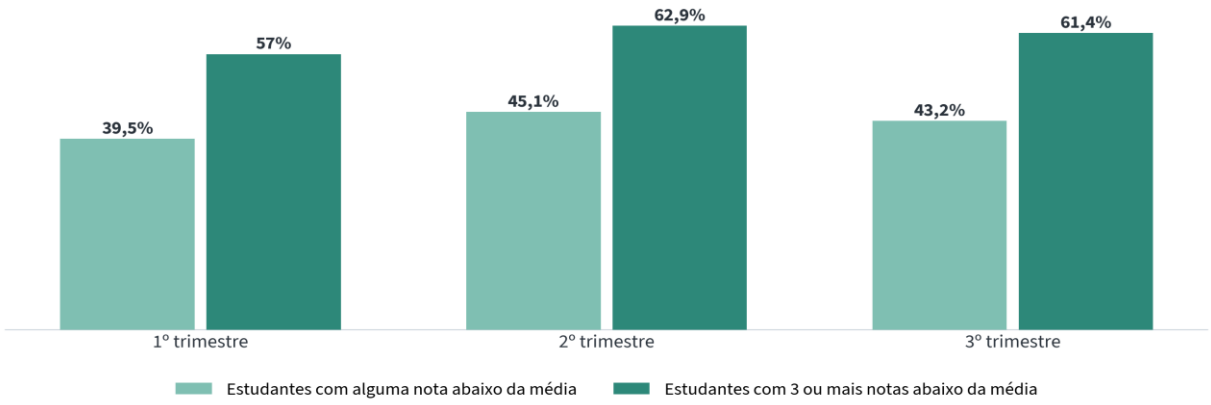
GRÁFICO 7 **Proporção de estudantes da 3ª série EM com níveis adequado e avançado nos componentes do SAERS por ano**



Fonte: SAERS Seduc/RS

Os resultados relativos aos estudantes com três ou mais componentes curriculares abaixo da média merecem destaque. Esse grupo concentra, historicamente, maior probabilidade de reprovação, abandono e atraso escolar. As taxas de recuperação superiores a 57% em todos os trimestres de 2025 indicam que a política alcançou justamente os estudantes em situação de maior vulnerabilidade acadêmica, reforçando seu caráter focalizado e seu potencial para reduzir situações de maior risco educacional.

GRÁFICO 8 **Redução do número de estudantes com notas abaixo da média após os EAC, por trimestre (2025)**



Fonte: ISE Seduc/RS

Comparação entre 2024 e 2025

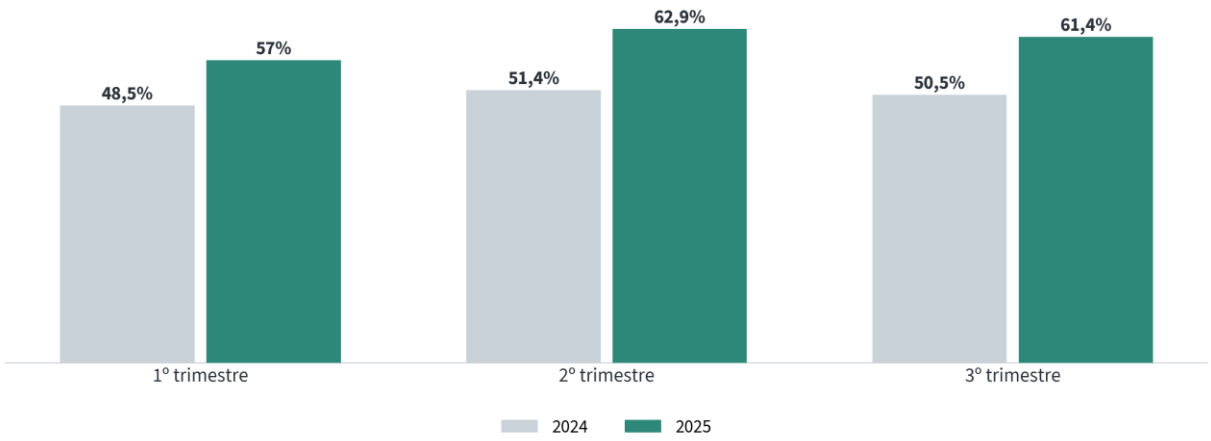
A comparação entre 2024 e 2025 evidencia melhora consistente dos principais indicadores associados aos Estudos de Aprendizagem Contínua. Como visto no início deste capítulo, a proporção de estudantes com pelo menos um componente curricular abaixo da média reduziu-se de 76,8% para 46,3% no primeiro trimestre, de 74,2% para 40,5% no segundo e de 67,0% para 38,0% no terceiro, correspondendo a reduções de 39,5%, 45,1% e 43,2%, respectivamente. Entre os estudantes com três ou mais componentes curriculares abaixo da média, grupo de maior risco acadêmico, as reduções passaram de 48,5%, 51,4% e 50,5% em 2024 para 57,0%, 62,9% e 61,4% em 2025, indicando maior capacidade de

recuperação justamente entre aqueles que apresentavam dificuldades mais severas. Esses avanços foram acompanhados pelo aumento das taxas de aprovação em todas as séries do Ensino Médio, com crescimento de 10,0 p.p. na 1ª série, 8,7 p.p. na 2ª série e 4,0 p.p. na 3ª série, além da correspondente redução das taxas de reprovação.

Os resultados também demonstram mudança no padrão de recuperação das aprendizagens. Em 2025, as reduções das insuficiências ocorreram de forma mais intensa desde o primeiro trimestre e mantiveram-se elevadas ao longo de todo o ano letivo, diferentemente de 2024, quando os percentuais de recuperação foram sistematicamente inferiores. Esse comportamento sugere maior capacidade das escolas para identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem, implementar intervenções pedagógicas e acompanhar sua efetividade de forma contínua, reduzindo a concentração dos esforços apenas no encerramento do ano escolar.

A evolução observada também sugere amadurecimento da política. Entre o primeiro e o segundo ano de implementação, as escolas passaram a operar os Estudos de Aprendizagem Contínua com maior estabilidade, incorporando seus procedimentos ao planejamento pedagógico, ao monitoramento das aprendizagens e ao uso sistemático das avaliações para orientar intervenções. Embora essa evolução não permita atribuir causalidade exclusiva aos EAC, ela é consistente com a hipótese de aperfeiçoamento progressivo de sua implementação.

GRÁFICO 9 **Recuperação de estudantes com três ou mais notas abaixo da média após os EAC: comparação 2024–2025**



Fonte: ISE Seduc/RS

As diferenças entre 2024 e 2025 também revelam que os maiores ganhos ocorreram justamente onde as necessidades pedagógicas eram mais elevadas. A recuperação mais intensa dos estudantes com múltiplas insuficiências sugere que a política ampliou sua capacidade de responder às situações de maior vulnerabilidade acadêmica, reforçando seu potencial para reduzir desigualdades de aprendizagem e prevenir trajetórias de fracasso escolar.

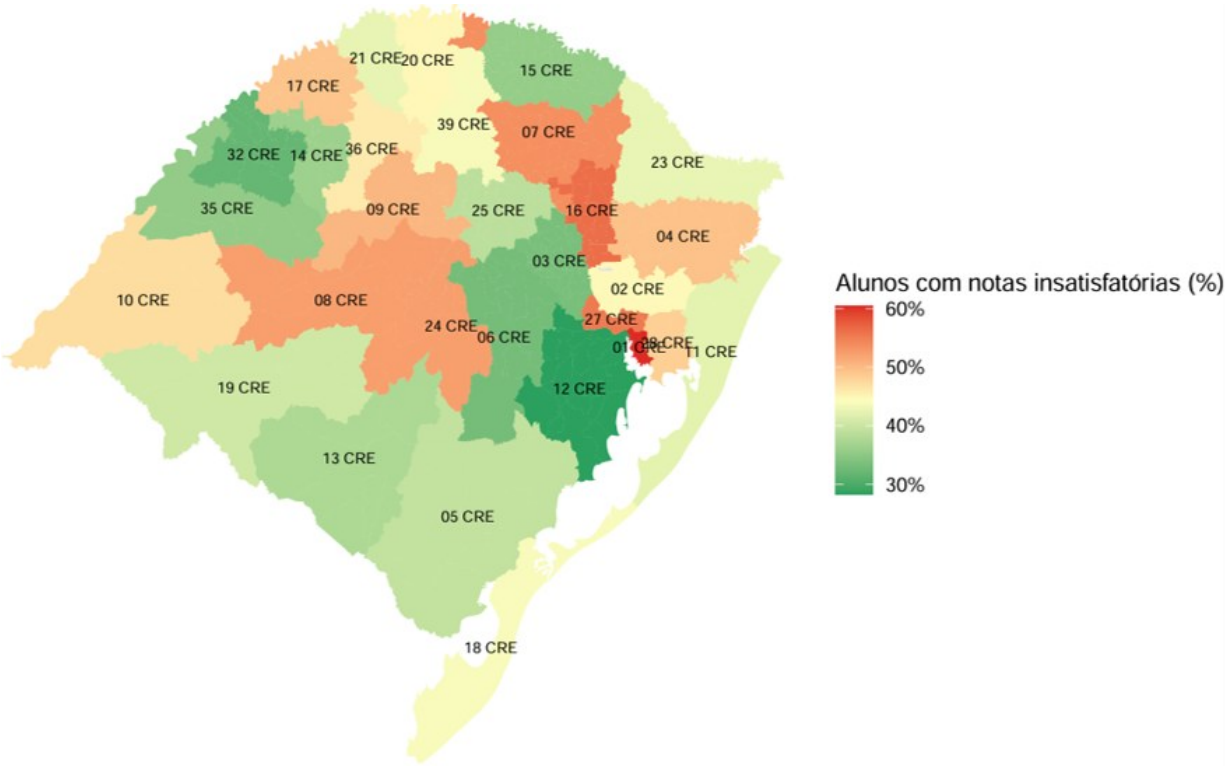
Em síntese, a comparação entre os dois anos revela não apenas a melhora dos indicadores educacionais, mas também evidências de consolidação dos Estudos de Aprendizagem Contínua como estratégia permanente de acompanhamento e intervenção pedagógica. A continuidade desse processo dependerá da manutenção dos mecanismos de monitoramento, do uso sistemático das evidências produzidas pelas avaliações e do fortalecimento das capacidades das escolas para identificar precocemente as dificuldades

de aprendizagem, implementar intervenções oportunas e promover condições que favoreçam a permanência, a progressão e o sucesso escolar dos estudantes.

Análise Territorial

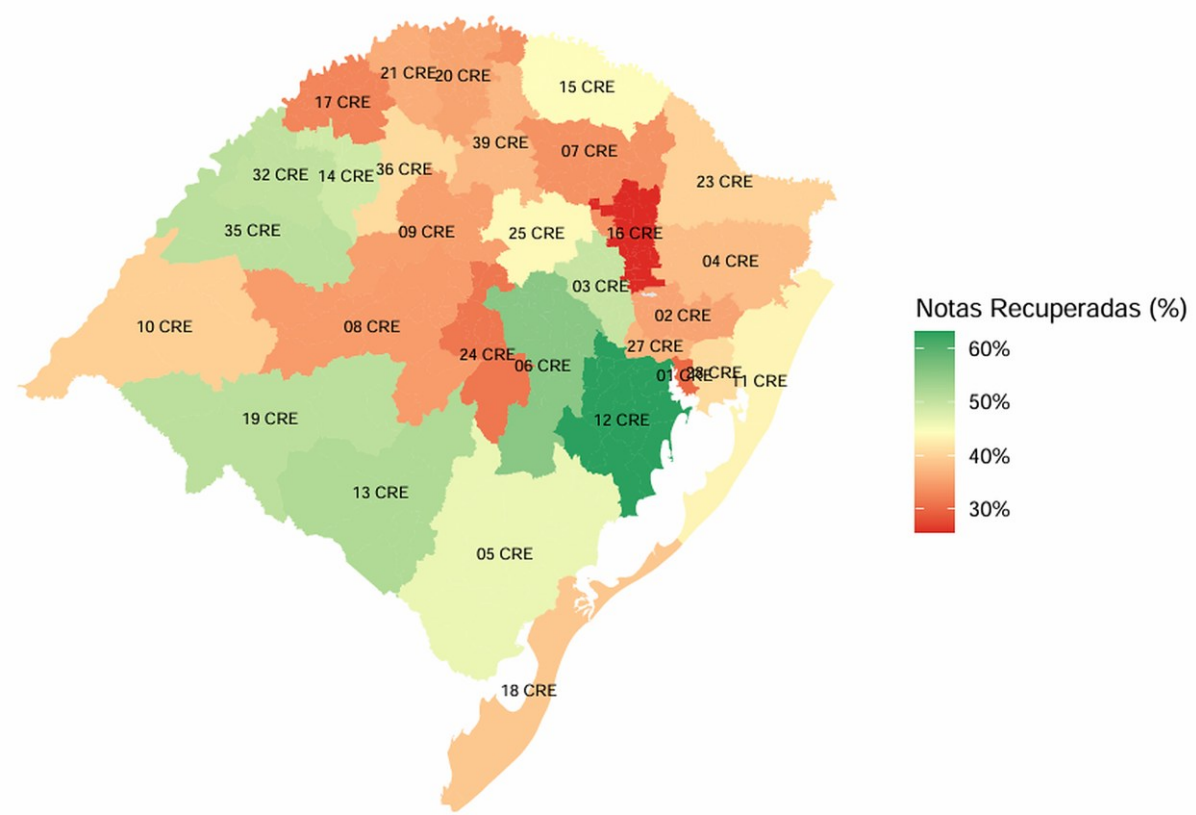
A análise territorial evidencia padrões relativamente estáveis entre as Coordenadorias Regionais de Educação. As CREs 12, 32 e 35 destacam-se positivamente por apresentarem, de forma recorrente, menores proporções de estudantes com desempenho insuficiente e maiores taxas de recuperação após os Estudos de Aprendizagem Contínua. As CREs 3, 6, 15, 19 e 25 também apresentam resultados favoráveis em diferentes séries ou trimestres. Em sentido oposto, as CREs 1, 16 e 27 concentram os maiores percentuais de estudantes abaixo da média e os menores níveis de recuperação, acompanhadas, em determinados períodos, pelas CREs 2, 4, 8, e 18, indicando contextos que demandam maior apoio pedagógico e acompanhamento da implementação da política.

GRÁFICO 10 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com alguma nota abaixo da média no 1º Trimestre de 2025**



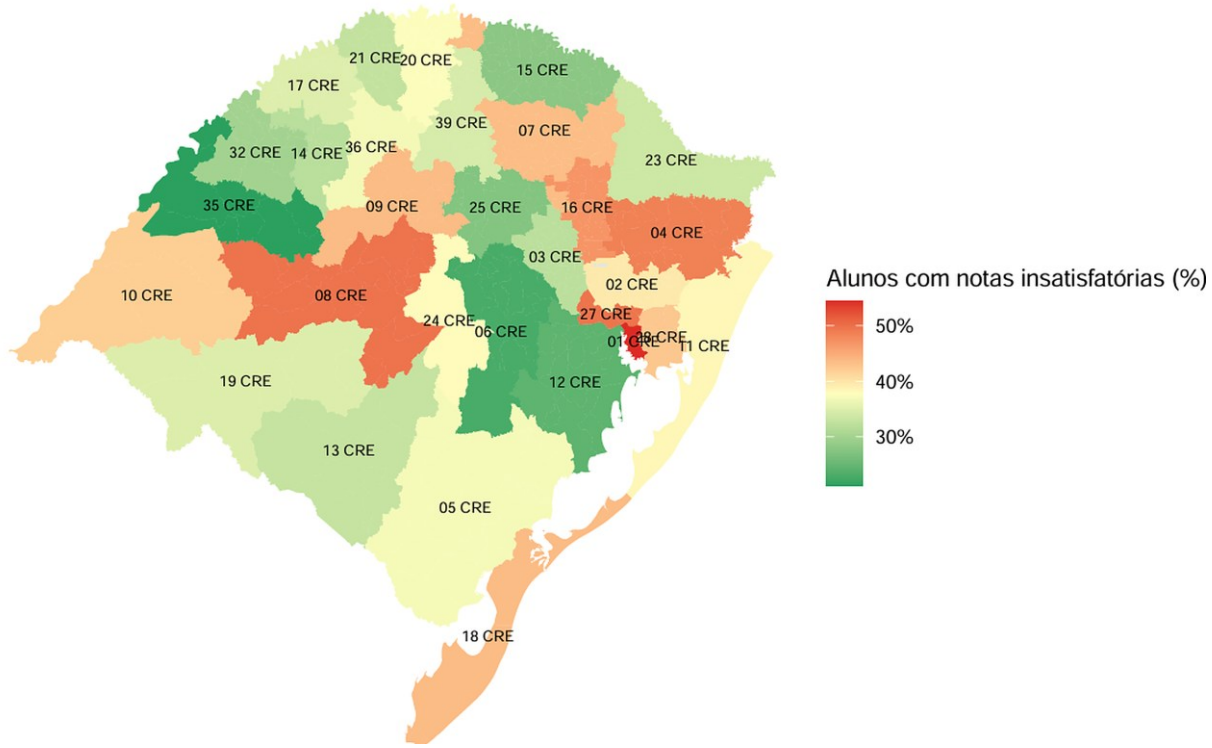
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 11 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com notas recuperadas após EAC no 1º Trimestre de 2025**



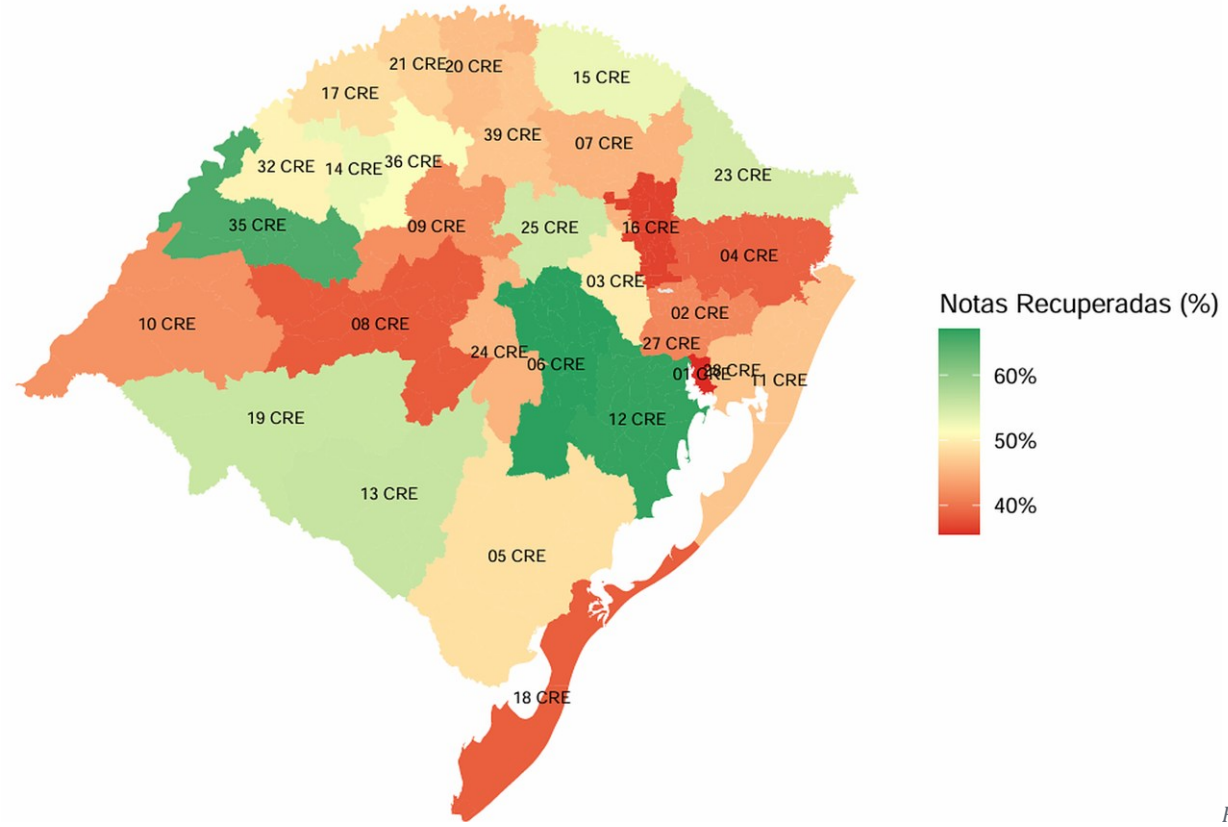
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 12 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com alguma nota abaixo da média no 2º Trimestre de 2025**



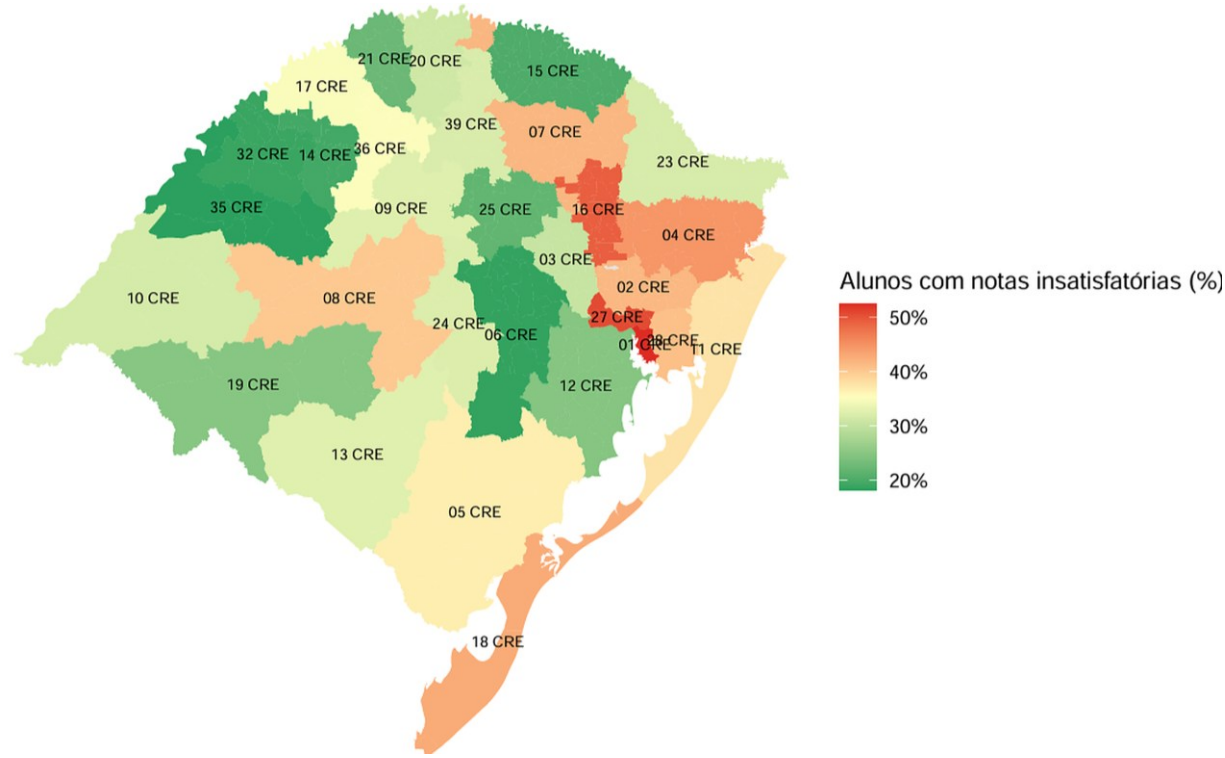
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 13 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com notas recuperadas após EAC no 2º Trimestre de 2025**



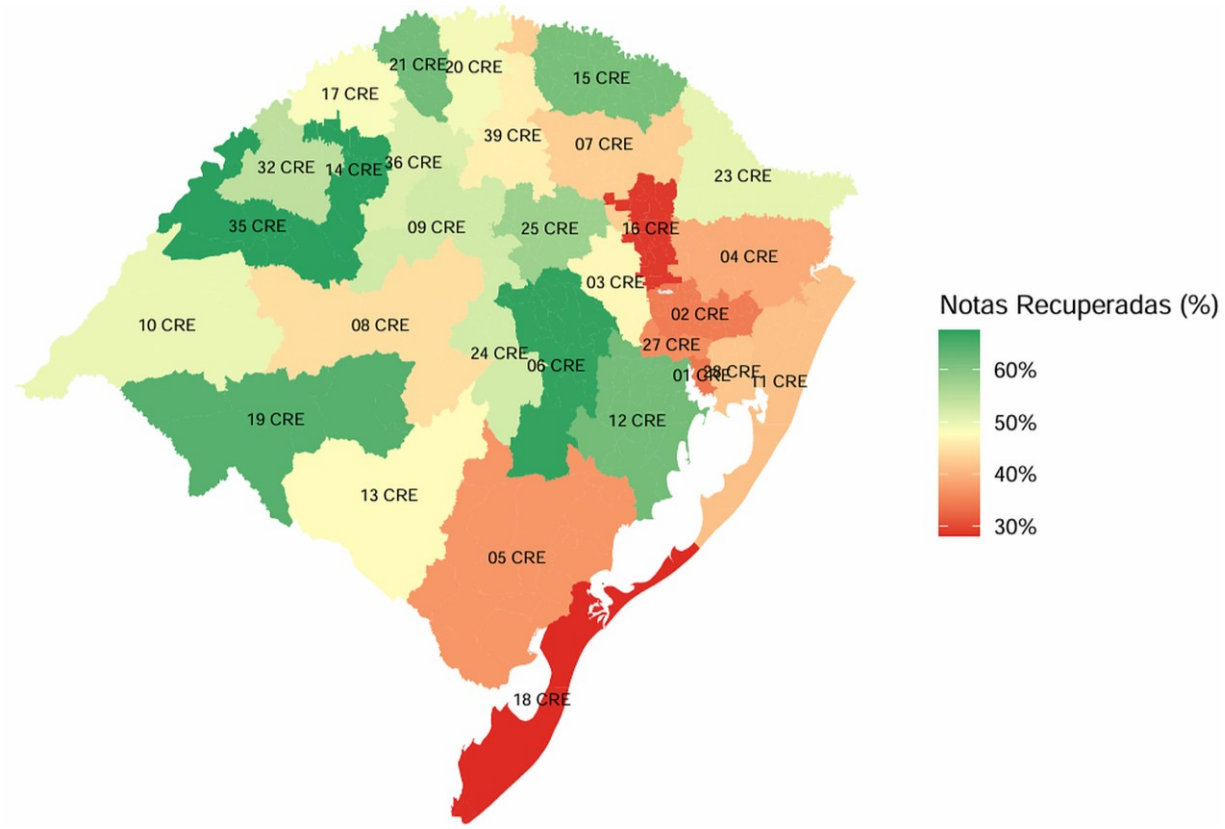
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 14 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com alguma nota abaixo da média no 3º Trimestre de 2025**



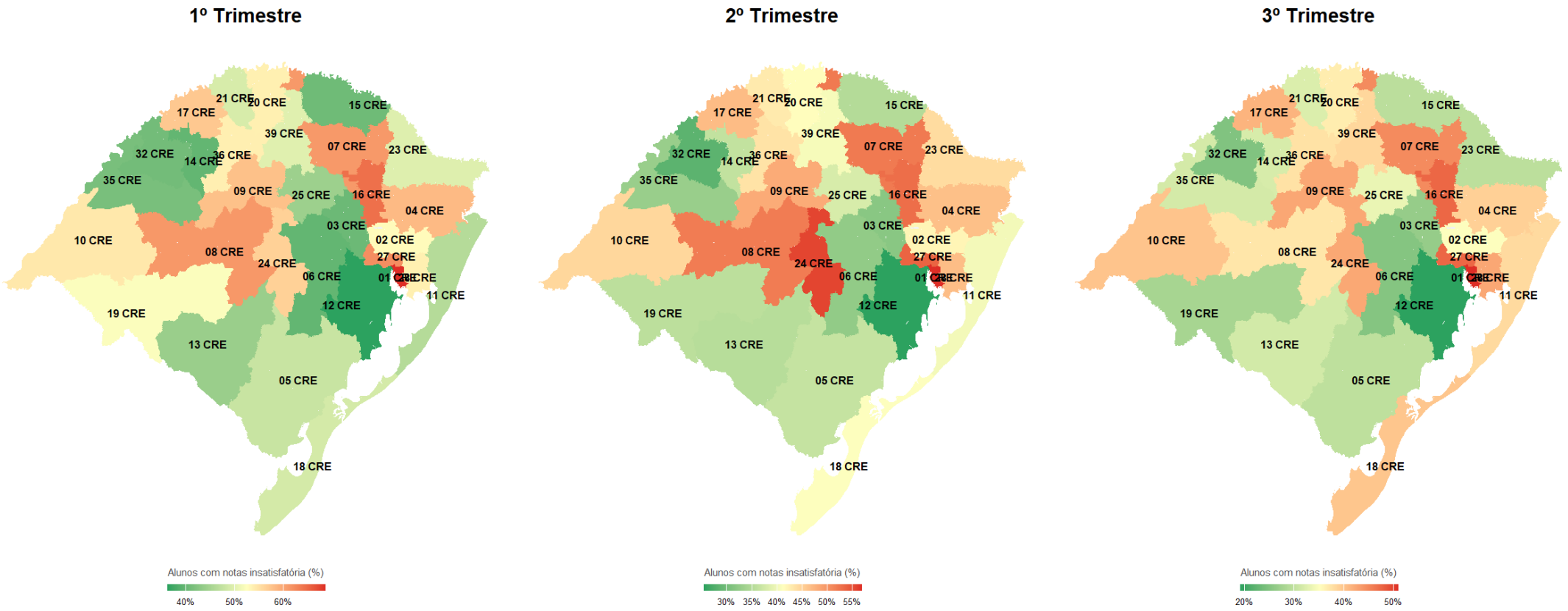
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 15 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com notas recuperadas após EAC no 3º Trimestre de 2025**



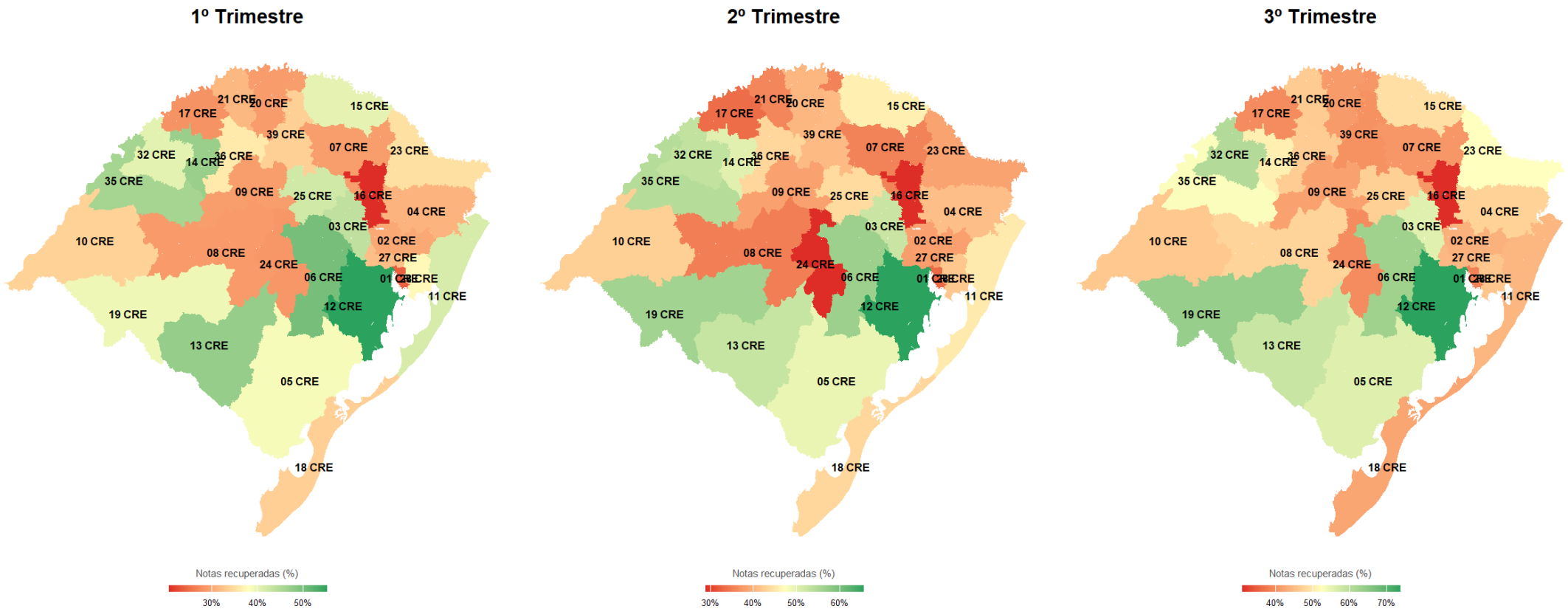
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 16 **Evolução trimestral das CREs frente ao percentual de estudantes da 1ª série do Ensino Médio com notas abaixo da média após EAC**



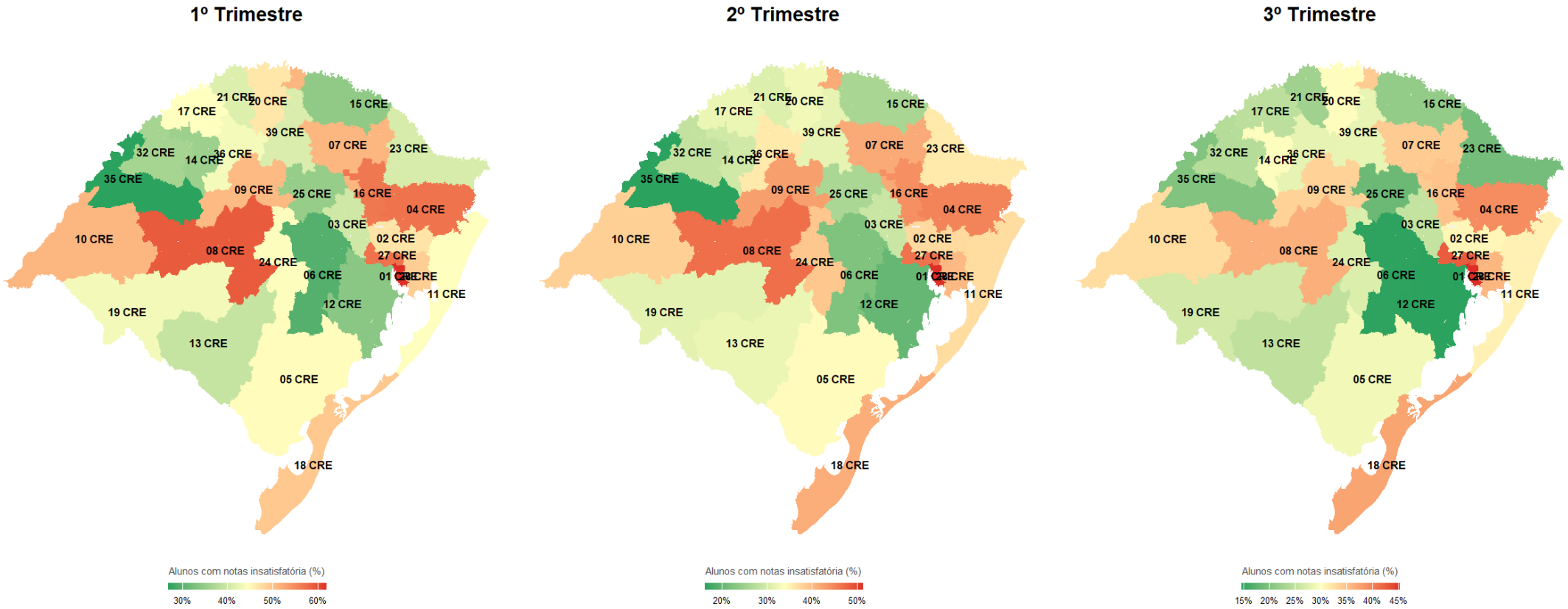
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 17 **Evolução trimestral das CREs frente ao percentual de estudantes da 1ª série do Ensino Médio com notas recuperadas após EAC**



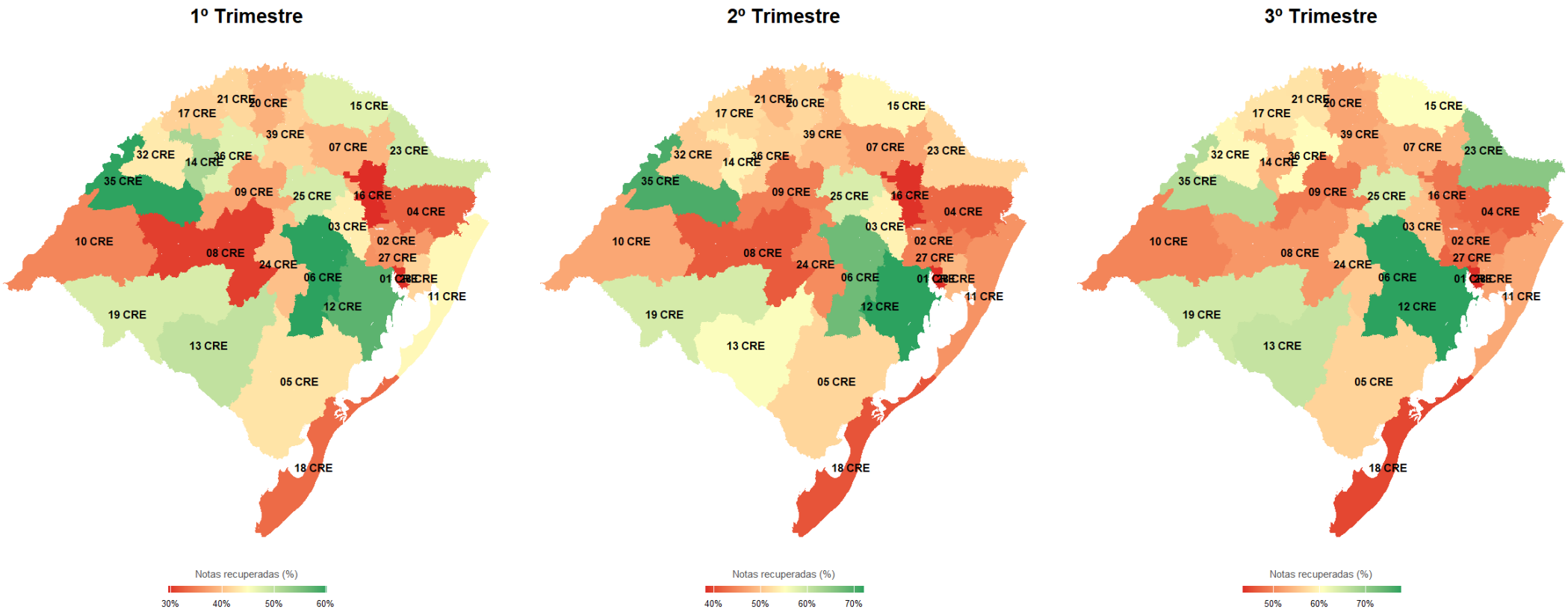
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 18 **Evolução trimestral das CREs em relação ao percentual de estudantes da 2ª série EM com notas abaixo da média após EAC**



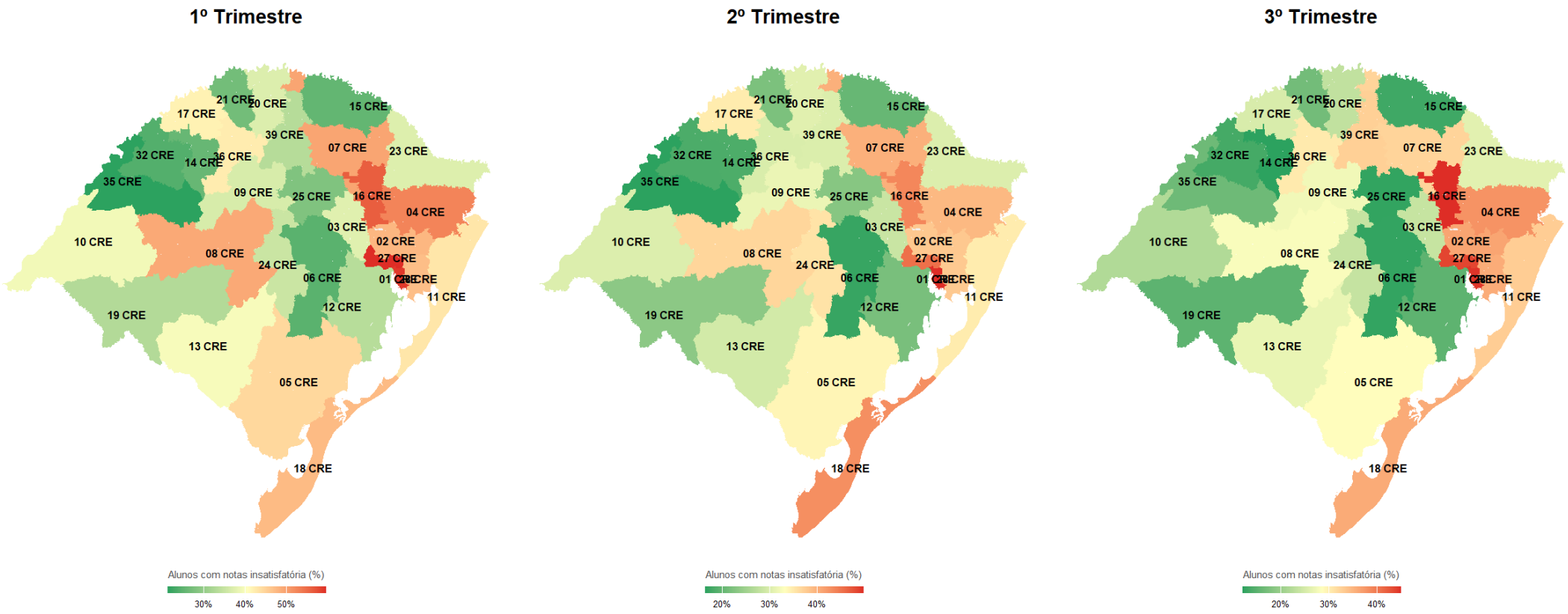
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 19 **Evolução trimestral das CREs em relação ao percentual de estudantes da 2ª série do Ensino Médio com notas recuperadas após EAC**



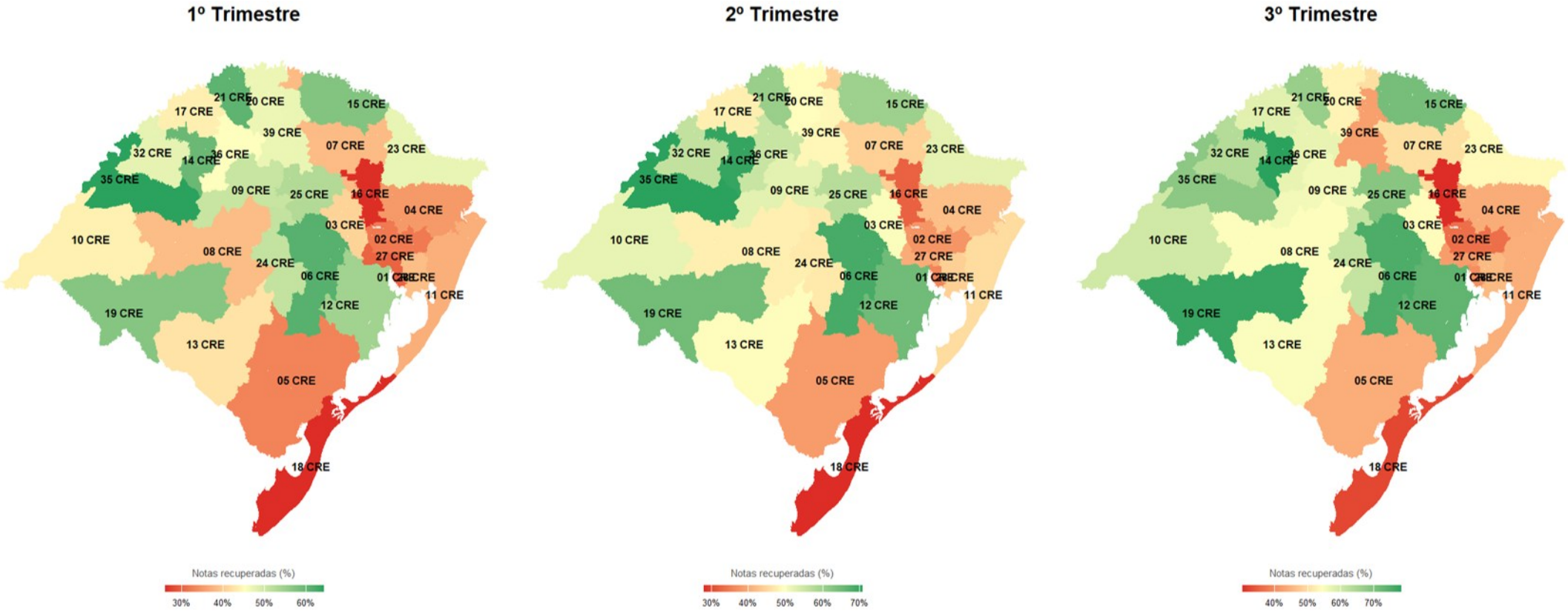
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 20 **Evolução trimestral das CREs em relação ao percentual de estudantes da 3ª série EM com notas abaixo da média após EAC**



Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 21 **Evolução trimestral das CREs em relação ao percentual de estudantes da 3ª série do Ensino Médio com notas recuperadas após EAC**



Fonte: ISE Seduc/RS

A persistência desses padrões ao longo dos diferentes indicadores sugere que as diferenças territoriais refletem fatores estruturais relacionados ao contexto das redes escolares, às condições de implementação da política e ao perfil dos estudantes atendidos. Nesse sentido, os resultados oferecem subsídios para que a Secretaria da Educação direcione ações de cooperação entre as CREs, fortaleça o apoio técnico aos territórios com maiores desafios e promova a disseminação das práticas observadas nas regionais com desempenho mais favorável.

Resultados segundo Características dos Estudantes

A análise interseccional considera que as desigualdades educacionais não são produzidas por características isoladas, mas pela combinação entre diferentes posições sociais. Sexo, raça/cor e condição socioeconômica podem se sobrepor, fazendo com que determinados grupos acumulem vantagens ou desvantagens específicas. Nesta avaliação, a participação no Programa Todo Jovem na Escola é utilizada como marcador complementar de vulnerabilidade socioeconômica. A análise não busca atribuir os resultados às características individuais dos estudantes, mas identificar grupos para os quais as condições de aprendizagem e recuperação permanecem menos favoráveis.

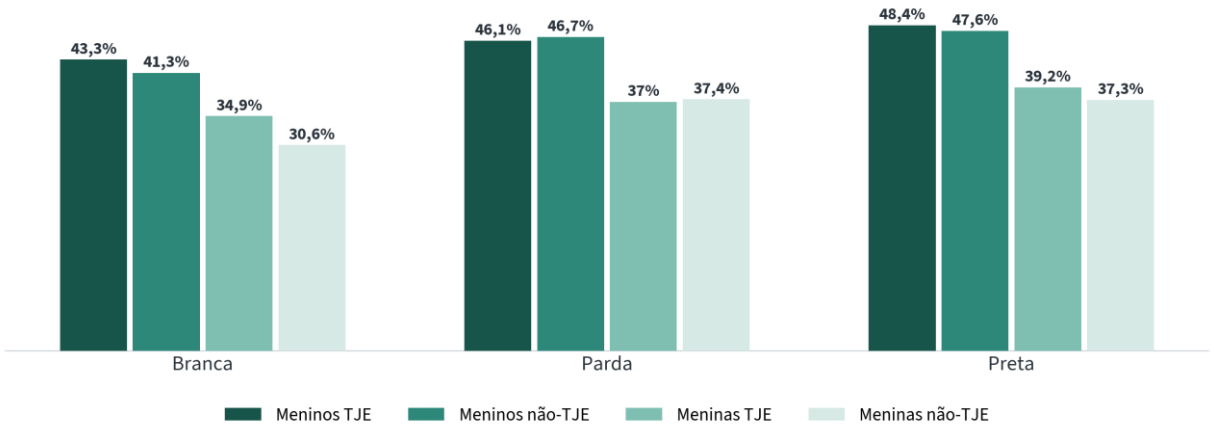
Os resultados evidenciam uma hierarquia consistente de desigualdades. Em todos os trimestres, meninos apresentam maior proporção de insuficiência do que meninas, e estudantes pretos e pardos apresentam resultados menos favoráveis do que estudantes brancos. A participação no Todo Jovem na Escola também está associada, em geral, a maiores percentuais de notas abaixo da média, o que é coerente com o perfil de vulnerabilidade atendido pelo programa.

TABELA 2 **Proporção de estudantes do Ensino Médio com alguma nota abaixo da média após os EAC, por gênero, cor/raça e vínculo ao Programa Todo Jovem na Escola (2025)**

Trimestre	Perfil	Branca	Parda	Preta
1º trimestre	Meninos TJE	54,3%	59,9%	62,5%
	Meninos Não-TJE	47,3%	57,5%	59,9%
	Meninas TJE	44,6%	49,7%	51,8%
	Meninas Não-TJE	34,1%	44,7%	48,0%
2º trimestre	Meninos TJE	48,0%	53,1%	56,1%
	Meninos Não-TJE	42,0%	51,4%	51,6%
	Meninas TJE	39,0%	43,7%	45,3%
	Meninas Não-TJE	29,7%	38,2%	41,1%
3º trimestre	Meninos TJE	43,3%	46,1%	48,4%
	Meninos Não-TJE	41,3%	46,7%	47,6%
	Meninas TJE	34,9%	37,0%	39,2%
	Meninas Não-TJE	30,6%	37,4%	37,3%

Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 22 **Proporção de estudantes com alguma nota abaixo da média após os EAC no 3º trimestre, por perfil (2025)**



Fonte: ISE Seduc/RS

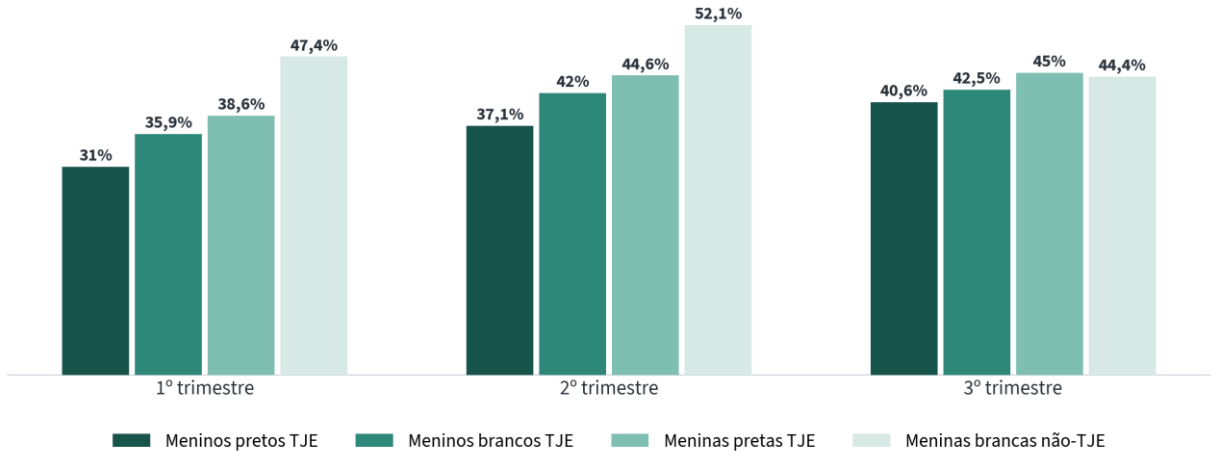
No primeiro trimestre, após os EAC, a insuficiência variava de 34,1% entre meninas brancas não participantes do TJE a 62,5% entre meninos pretos participantes, diferença de 28,4 p.p. No terceiro trimestre, os percentuais desses mesmos grupos caíram para 30,6% e 48,4%, respectivamente. A diferença foi reduzida para 17,8 p.p., indicando diminuição parcial, mas não superação, da desigualdade.

TABELA 3 **Proporção de aproveitamento (recuperação) dos estudantes do Ensino Médio após os EAC, por gênero, cor/raça e vínculo ao Programa Todo Jovem na Escola (2025)**

Trimestre	Perfil	Branca	Parda	Preta
1º trimestre	Meninos TJE	35,9%	31,7%	31,0%
	Meninos Não-TJE	39,0%	32,4%	31,3%
	Meninas TJE	42,3%	39,1%	38,6%
	Meninas Não-TJE	47,4%	40,7%	40,5%
2º trimestre	Meninos TJE	42,0%	38,7%	37,1%
	Meninos Não-TJE	44,7%	38,1%	39,5%
	Meninas TJE	47,2%	44,3%	44,6%
	Meninas Não-TJE	52,1%	47,1%	46,4%
3º trimestre	Meninos TJE	42,5%	41,9%	40,6%
	Meninos Não-TJE	41,3%	39,9%	40,1%
	Meninas TJE	46,4%	46,9%	45,0%
	Meninas Não-TJE	44,4%	42,8%	44,0%

Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 23 **Evolução do aproveitamento (recuperação) após os EAC ao longo de 2025, por perfil**



Fonte: ISE Seduc/RS

Os maiores percentuais de aproveitamento são observados entre meninas, especialmente brancas, enquanto os menores se concentram entre meninos pretos e pardos. Contudo, a evolução ao longo do ano foi positiva também para esses grupos. Entre meninos pretos participantes do TJE, por exemplo, o aproveitamento aumentou de 31,0% no primeiro trimestre para 40,6% no terceiro. O EAC, portanto, produz recuperação entre os públicos mais vulneráveis, embora a intensidade ainda não seja suficiente para equalizar integralmente os resultados.

Ainda que os EAC evidenciem resultados positivos para todos os perfis, persistem desigualdades associadas a fatores socioeconômicos, raciais e de gênero, reforçando a necessidade de estratégias complementares. Mesmo diante do avanço geral no aproveitamento, estudantes pretos, pardos e de menor renda mantêm desvantagens acumuladas ao longo de suas trajetórias.

Sob a perspectiva da gestão educacional, esses achados indicam a importância de evoluir para o modelo de universalismo proporcional. Para a política e para o direcionamento de ações focalizadas, isso significa manter o desenho universal dos EAC, alocando, contudo, maior densidade de recursos e apoio pedagógico --- como tutorias direcionadas e articulação com auxílios de permanência --- onde as lacunas de aprendizagem e equidade são mais acentuadas.

Complexidade de Gestão (ICG)

A efetividade das políticas educacionais depende também das condições institucionais nas quais são implementadas.

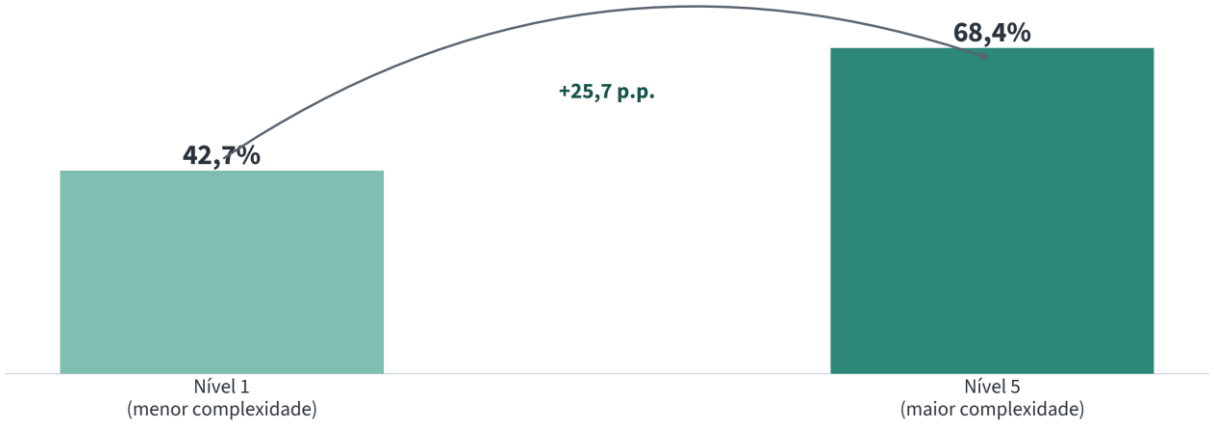
A análise dos resultados segundo o Índice de Complexidade de Gestão[1] (ICG) evidencia que a relação entre complexidade administrativa das escolas e desempenho dos estudantes não é linear, mas

[1]O Indicador de Complexidade de Gestão (ICG) sintetiza o nível de complexidade operacional da escola em 6 níveis, considerando variáveis do Censo Escolar como porte (matrículas), etapas ofertadas, turnos e complexidade curricular. Cf. BRASIL. Inep. Nota Técnica nº 040/2014: Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: Inep, 2014.

apresenta diferenças importantes quando consideradas as escolas participantes da estratégia de apoio intensivo.

Entre as escolas sem apoio intensivo, observa-se tendência de aumento da proporção de estudantes com notas abaixo da média à medida que cresce a complexidade de gestão. Enquanto as escolas classificadas no Nível 1 apresentam 42,7% de estudantes em insuficiência, esse percentual supera 64% nos níveis mais elevados de complexidade, alcançando 68,4% no Nível 5. Esse comportamento indica que contextos organizacionais mais complexos tendem a concentrar maiores desafios para a aprendizagem.

GRÁFICO 24 **Proporção de estudantes com alguma nota abaixo da média no 3º trimestre de 2025 por nível do ICG da escola (%)**



Fonte: ISE Seduc/RS

Nas escolas contempladas pelo apoio intensivo, entretanto, essa relação apresenta comportamento distinto. Embora essas escolas também estejam inseridas em contextos de elevada complexidade, verifica-se maior proporção de estudantes com notas abaixo da média em praticamente todos os níveis do ICG. Esse resultado deve ser interpretado com cautela, pois reflete o próprio critério de focalização da política: o apoio intensivo foi direcionado prioritariamente às escolas com maior vulnerabilidade educacional, o que torna inadequada uma comparação direta dos percentuais de insuficiência entre os dois grupos.

A análise do aproveitamento após os Estudos de Aprendizagem Contínua oferece evidências mais consistentes sobre os efeitos da estratégia. Nas escolas de maior complexidade (níveis 4, 5 e 6), as diferenças entre escolas com e sem apoio intensivo tornam-se reduzidas, aproximando-se ou mesmo se equiparando em alguns níveis. Ainda mais expressivo é o desempenho observado nos níveis intermediários de complexidade (2 e 3), nos quais as escolas com apoio intensivo apresentam resultados substancialmente superiores aos das demais escolas. Esses achados sugerem que a estratégia de apoio contribuiu para ampliar a capacidade de recuperação das aprendizagens justamente em contextos que concentram maiores desafios de gestão.

Os resultados indicam, portanto, que a complexidade institucional permanece associada a maiores dificuldades de aprendizagem, mas também evidenciam que políticas focalizadas podem reduzir parte dessas desvantagens. Em vez de eliminar completamente os efeitos da complexidade, o apoio intensivo parece fortalecer a capacidade das escolas de promover a recuperação dos estudantes, aproximando seus resultados daqueles observados em contextos organizacionais menos adversos.

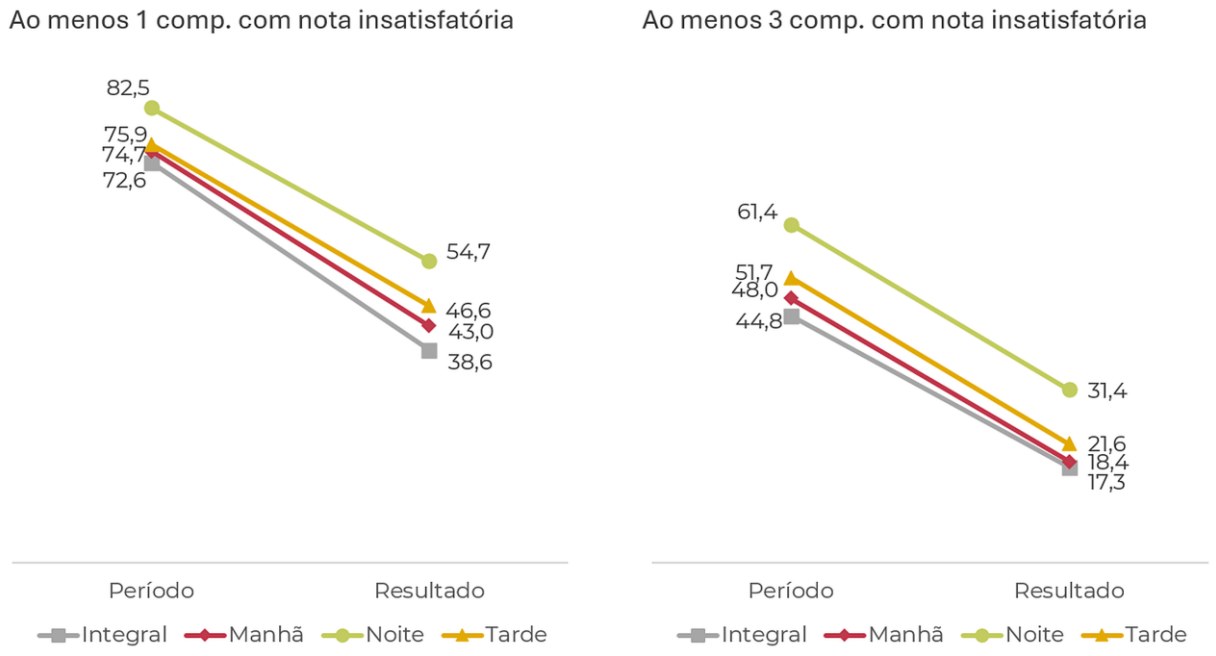
Sob a perspectiva da gestão educacional, esses achados reforçam a pertinência da utilização do Índice de Complexidade de Gestão como critério para a priorização de ações de apoio técnico e pedagógico. Os resultados sugerem que estratégias diferenciadas de acompanhamento podem contribuir para reduzir desigualdades entre escolas, direcionando recursos e suporte adicional aos contextos que enfrentam maiores desafios operacionais e pedagógicos.

Turnos Escolares

Os resultados segundo o turno de funcionamento evidenciam que os Estudos de Aprendizagem Contínua promoveram redução expressiva da proporção de estudantes com notas abaixo da média em todos os trimestres e em todos os turnos analisados. O padrão observado mantém-se tanto para estudantes com pelo menos um componente curricular insuficiente quanto para aqueles com insuficiência em três ou mais componentes, indicando que a política foi capaz de beneficiar estudantes com diferentes níveis de dificuldade acadêmica.

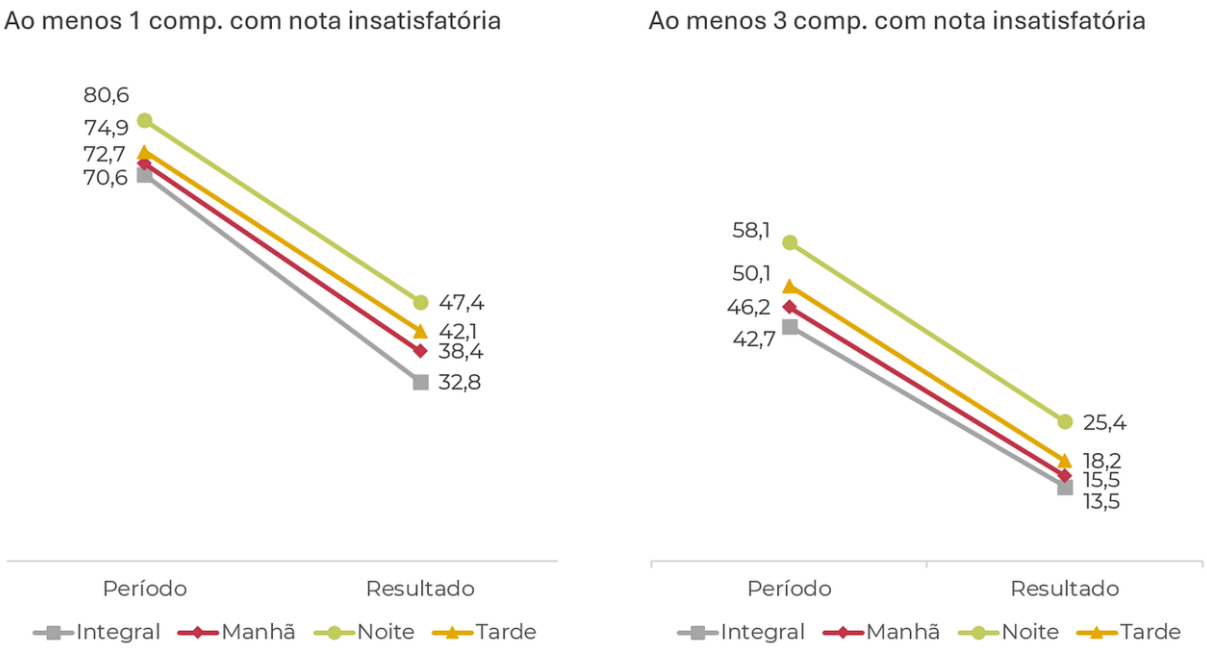
Apesar dessa melhora generalizada, permanecem diferenças entre os turnos escolares. Em todos os trimestres, as escolas que ofertam ensino no turno integral apresentam os menores percentuais de estudantes com desempenho insuficiente após os Estudos de Aprendizagem Contínua, tanto na análise de pelo menos um componente curricular quanto na situação de maior gravidade, representada por três ou mais componentes com notas abaixo da média. Em contraste, o turno noturno registra sistematicamente os maiores percentuais de insuficiência antes e depois das intervenções, seguido, em geral, pelos turnos da tarde e da manhã.

GRÁFICO 25 **Proporção de estudantes com notas abaixo da média no 1º Trimestre de 2025 antes e depois dos EAC por turno (%)**



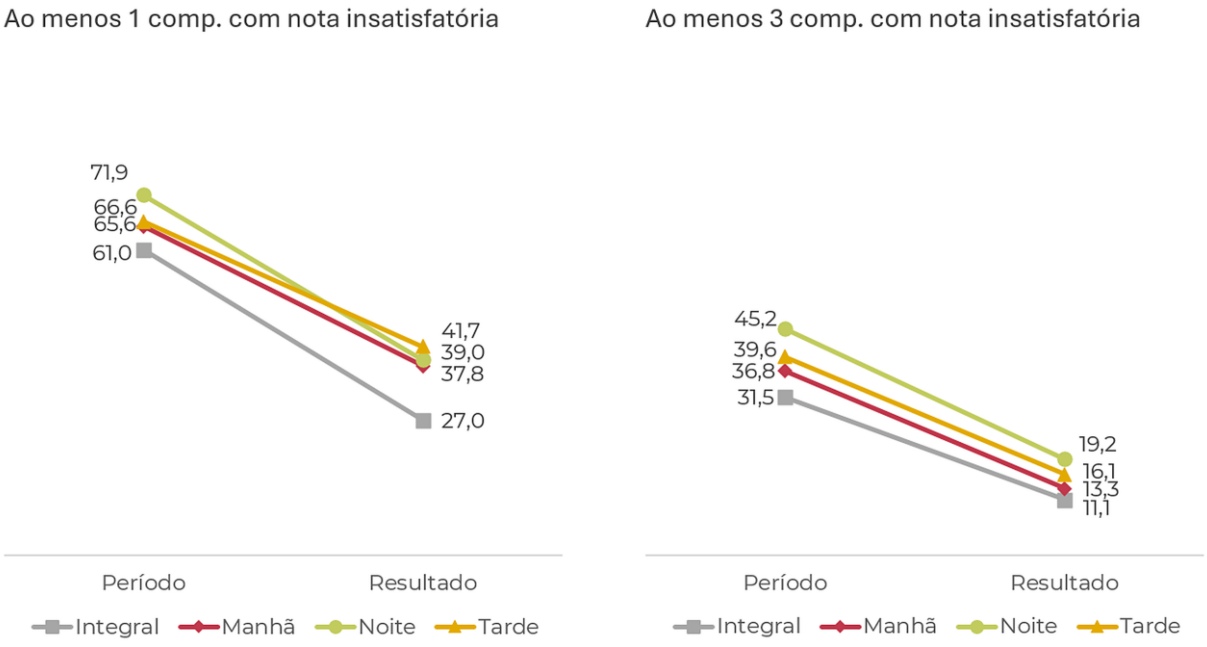
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 26 **Proporção de estudantes com notas abaixo da média no 2º Trimestre de 2025 antes e depois dos EAC por turno (%)**



Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 27 **Proporção de estudantes com notas abaixo da média no 3º Trimestre de 2025 antes e depois dos EAC por turno (%)**



Fonte: ISE Seduc/RS

Observa-se, entretanto, que a magnitude da redução é elevada em todos os turnos. No primeiro trimestre, por exemplo, o percentual de estudantes do turno noturno com pelo menos um componente insuficiente diminui de 82,5% para 54,7%, enquanto a proporção daqueles com três ou mais componentes insuficientes é reduzida de 61,4% para 31,4%. Tendência semelhante é verificada nos demais turnos e mantém-se ao longo do segundo e terceiro trimestres, evidenciando que a

estratégia de recuperação produziu ganhos consistentes independentemente da organização da jornada escolar.

Outro aspecto relevante é que as diferenças entre os turnos tornam-se menos acentuadas ao longo do ano letivo. Embora o turno noturno continue concentrando os maiores níveis de insuficiência, observa-se redução progressiva da distância em relação aos demais turnos, sugerindo que a continuidade dos Estudos de Aprendizagem Contínua contribuiu para mitigar parte das desigualdades inicialmente existentes.

Esses resultados indicam que o turno de funcionamento permanece associado a distintos níveis de vulnerabilidade educacional, provavelmente relacionados às características do público atendido, às condições de permanência na escola e às especificidades da organização pedagógica de cada jornada. Ao mesmo tempo, evidenciam que os Estudos de Aprendizagem Contínua apresentam capacidade de produzir melhorias em todos os contextos escolares, reforçando seu potencial como estratégia transversal de recuperação das aprendizagens. Sob a perspectiva da gestão educacional, os achados sugerem a conveniência de complementar a política com ações específicas voltadas ao turno noturno, onde permanecem concentrados os maiores desafios de aprendizagem.

Componentes Curriculares

A análise da distribuição das dependências confirma uma mudança consistente no perfil das insuficiências acadêmicas ao longo do ano letivo. Nos três anos do Ensino Médio observa-se aumento progressivo da proporção de estudantes com apenas um componente curricular em situação de dependência, acompanhado da redução daqueles que acumulam múltiplas insuficiências. Esse comportamento sugere que, embora parte dos estudantes permaneça com dificuldades de aprendizagem, a intensidade dessas dificuldades tende a diminuir ao longo dos trimestres.

O padrão é observado de forma semelhante no 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio. Em todos eles, a participação dos estudantes com apenas uma dependência cresce entre o primeiro e o terceiro trimestre, enquanto diminuem as faixas correspondentes a três ou mais componentes curriculares. A redução é particularmente expressiva entre os estudantes que acumulavam elevado número de componentes insuficientes, indicando que a recuperação das aprendizagens ocorreu com maior intensidade justamente entre aqueles que apresentavam maior vulnerabilidade acadêmica.

A análise por componente curricular revela, entretanto, que as dificuldades não se distribuem de forma homogênea entre as áreas do conhecimento. Na 1ª série, Filosofia, Física, História, Língua Portuguesa, Sociologia e Biologia concentra o maior número de estudantes com média anual inferior a seis, seguida por Matemática, Química, Literatura, Geografia e Educação Física. Na 2ª série, Biologia, Matemática e Língua Portuguesa apresentam as maiores concentrações de reprovação. Já na 3ª série, Matemática permanece como o componente com maior número de estudantes abaixo da média, seguida por Língua Portuguesa, Biologia, Física e História. Esses resultados demonstram certa estabilidade das dificuldades em componentes considerados estruturantes da formação geral básica, especialmente Matemática e Língua Portuguesa, além de variações específicas conforme o ano escolar.

TABELA 4 **Componentes curriculares obrigatórios com maiores reprovações em 2025, por série do Ensino Médio**

Série do Ensino Médio	Componentes com maior concentração de estudantes com média anual inferior a seis
1ª série	Filosofia, Física, História, Língua Portuguesa, Sociologia e Biologia; em seguida, Matemática, Química, Literatura, Geografia e Educação Física
2ª série	Biologia, Matemática e Língua Portuguesa
3ª série	Matemática; em seguida, Língua Portuguesa, Biologia, Física e História

Fonte: ISE Seduc/RS

As notas médias anuais reforçam esse diagnóstico. Embora haja diferenças entre os componentes, observa-se que aqueles com maior volume de reprovações também apresentam, em geral, médias inferiores às registradas nas demais disciplinas. Destacam-se positivamente Educação Física, Arte e alguns componentes integradores, cujas médias permanecem relativamente mais elevadas, enquanto Matemática, Física, Química e determinadas disciplinas das Ciências Humanas apresentam desempenho médio inferior em diferentes anos do Ensino Médio.

Outro aspecto relevante é que as diferenças observadas entre os componentes não parecem estar associadas à frequência escolar. Em todos os anos analisados, a frequência média anual permanece relativamente estável entre as disciplinas, indicando que as maiores concentrações de reprovação não decorrem de diferenças expressivas de presença dos estudantes, mas provavelmente de fatores relacionados à complexidade dos conteúdos, às especificidades das áreas de conhecimento e às dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da trajetória escolar.

Em conjunto, os resultados sugerem que os Estudos de Aprendizagem Contínua contribuíram para reduzir a gravidade das insuficiências acadêmicas, diminuindo o contingente de estudantes com múltiplas dependências. Ao mesmo tempo, evidenciam que determinadas áreas do currículo continuam concentrando maiores dificuldades de aprendizagem, indicando a necessidade de estratégias pedagógicas mais específicas para componentes que, de forma recorrente, apresentam maiores índices de reprovação. Sob a perspectiva da gestão educacional, essas evidências permitem orientar ações de formação docente, produção de materiais pedagógicos e alocação de apoio técnico de forma mais focalizada, potencializando os efeitos da política de recuperação das aprendizagens.

Permanência Escolar

A análise do fluxo dos estudantes reprovados em 2024 comprova que uma parcela expressiva retornou à rede estadual em 2025, permitindo acompanhar sua trajetória escolar após um histórico prévio de insucesso. Os resultados mostram que a maioria dos estudantes que permaneceu matriculada conseguiu ser aprovada ao final do ano letivo, indicando que a repetência anterior não determinou, necessariamente, a continuidade do fracasso escolar.

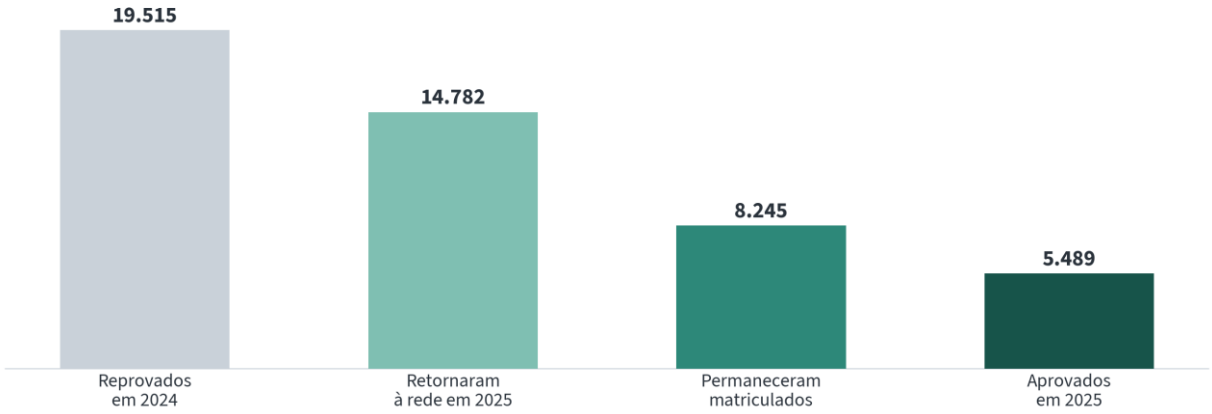
Na 1ª série do Ensino Médio, dos 19.515 estudantes reprovados em 2024, 14.782 retornaram à rede em 2025. Destes, 8.245 permaneceram matriculados durante o ano letivo e 5.489 obtiveram aprovação, enquanto 2.756 voltaram a ser reprovados. Esse resultado evidencia que aproximadamente dois terços dos estudantes que permaneceram matriculados conseguiram superar

a condição de reprovação anterior, embora uma parcela ainda significativa permaneça em situação de recorrência.

Comportamento semelhante é observado na 2ª série. Dos 9.424 estudantes inicialmente reprovados, 6.327 retornaram em 2025 e 2.582 permaneceram matriculados até o final do período analisado. Desses, 1.980 obtiveram aprovação, indicando predominância de trajetórias de recuperação entre aqueles que permaneceram na escola.

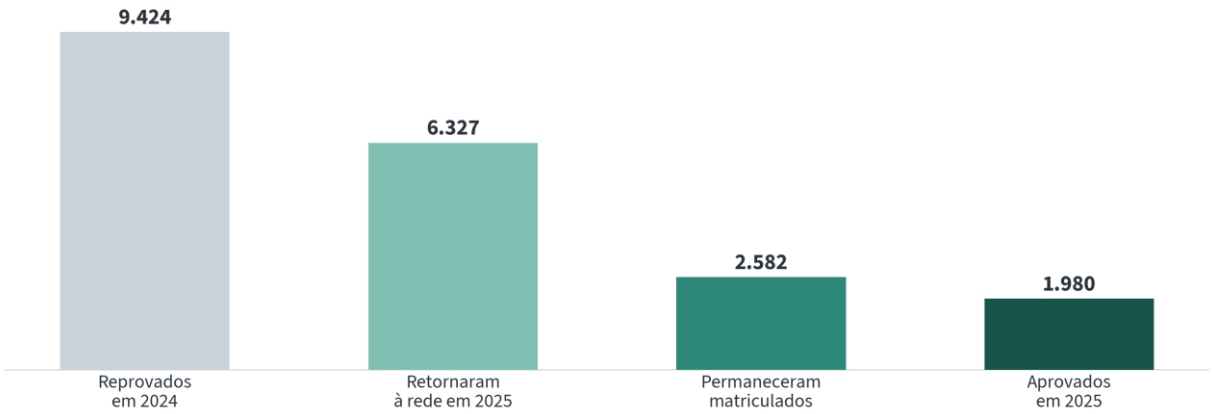
O resultado mais expressivo ocorre na 3ª série do Ensino Médio. Dos 4.575 estudantes reprovados em 2024, 3.069 retornaram à rede em 2025, dos quais 2.015 permaneceram matriculados e praticamente a totalidade (1.980 estudantes) foi aprovada, restando número residual de novas reprovações. Esse comportamento sugere elevada capacidade de recuperação entre os concluintes, indicando que a permanência na escola esteve fortemente associada à superação das dificuldades acadêmicas.

GRÁFICO 28 **Fluxo dos estudantes da 1ª série EM reprovados em 2024 em relação a 2025.**



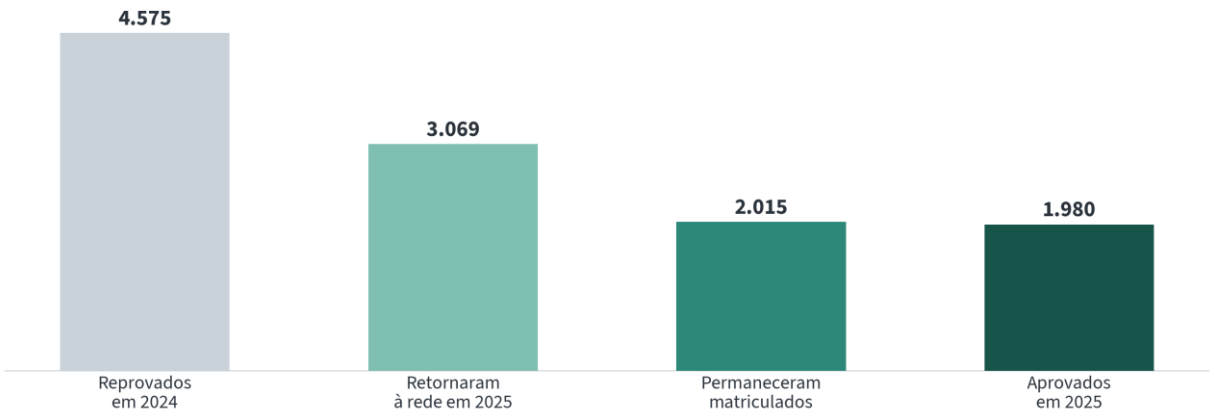
Fonte: ISE Seduc/RS

GRÁFICO 29 **Fluxo dos estudantes da 2ª série EM reprovados em 2024 em relação a 2025.**



Fonte: ISE Seduc/RS

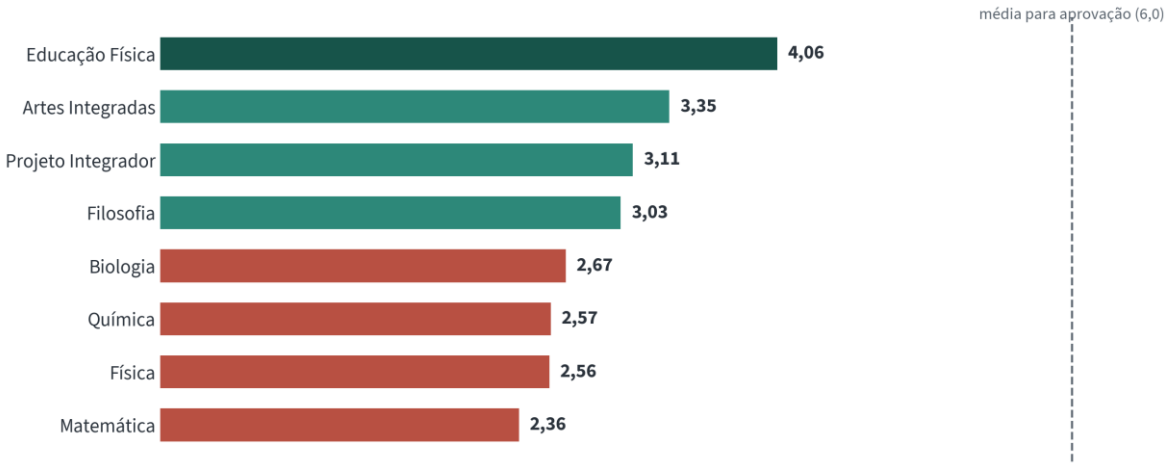
GRÁFICO 30 **Fluxo dos estudantes da 3ª série EM reprovados em 2024 em relação a 2025.**



Fonte: ISE Seduc/RS

A análise dos componentes curriculares relacionados à dupla reprovação na 1ª série destaca, entretanto, que determinados componentes continuam concentrando maior persistência das dificuldades de aprendizagem. Matemática apresenta a menor média anual entre os estudantes que voltaram a reprovar (2,36), seguida por Física (2,56), Química (2,57) e Biologia (2,67). Em contraste, Educação Física apresenta a maior média (4,06), acompanhada por Artes Integradas (3,35), Projeto Integrador (3,11) e Filosofia (3,03). A frequência anual permanece relativamente homogênea entre os componentes, indicando que a recorrência da reprovação parece estar mais associada às dificuldades de aprendizagem do que à ausência dos estudantes.

GRÁFICO 31 **Nota média dos componentes da 1ª série do EM cujos estudantes tiveram dupla reprovação (2024-2025)**



Fonte: ISE Seduc/RS

Em conjunto, esses resultados indicam que a trajetória dos estudantes com histórico de reprovação não é homogênea. Embora uma parcela continue apresentando recorrência do insucesso escolar, a maioria dos estudantes que retornou e permaneceu matriculada conseguiu ser aprovada no ano seguinte, evidenciando que políticas de acompanhamento e recuperação das aprendizagens podem contribuir para interromper ciclos sucessivos de repetência. Os dados sugerem, contudo, que componentes como Matemática, Física e Química permanecem concentrando os maiores desafios

para estudantes com histórico de vulnerabilidade acadêmica, indicando a necessidade de estratégias pedagógicas específicas voltadas à prevenção da reprovação recorrente.

CAPÍTULO 9

Discussão

O que os resultados sugerem à luz da literatura e da experiência de implementação.

Os resultados desta avaliação indicam que os Estudos de Aprendizagem Contínua (EAC) vêm se consolidando como uma estratégia relevante para a recuperação das aprendizagens na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. A convergência entre diferentes indicadores --- redução das insuficiências acadêmicas, diminuição das múltiplas dependências curriculares, aumento das taxas de aprovação, melhoria dos resultados do SAERS e avanços observados entre distintos perfis de estudantes e contextos escolares --- sugere que a política tem fortalecido a capacidade das escolas de acompanhar continuamente a aprendizagem e de responder de forma mais tempestiva às dificuldades identificadas.

Mais do que evidenciar melhorias quantitativas, os resultados permitem discutir os mecanismos pelos quais políticas de recuperação das aprendizagens podem contribuir para o fortalecimento da gestão pedagógica, da equidade educacional e da permanência escolar. Nesse sentido, a discussão a seguir interpreta os achados à luz da literatura sobre avaliação formativa, uso de evidências, eficácia escolar e implementação de políticas públicas.

Os Estudos de Aprendizagem Contínua e a avaliação formativa

Um dos principais resultados da avaliação foi a capacidade dos EAC de transformar a avaliação em um instrumento de acompanhamento contínuo da aprendizagem. A repetição dos ciclos de diagnóstico, intervenção pedagógica e reavaliação ao longo dos três trimestres demonstra que a avaliação deixa de exercer predominantemente uma função classificatória e passa a orientar decisões pedagógicas durante o próprio processo de ensino.

Essa dinâmica é consistente com a concepção de avaliação formativa proposta por Black e Wiliam (1998; 2018), segundo a qual o principal valor da avaliação está na produção de evidências capazes de orientar intervenções enquanto ainda existem oportunidades de aprendizagem. Sob essa perspectiva, os resultados observados sugerem que os EAC ampliaram a capacidade das escolas de utilizar informações produzidas pelas avaliações para reorganizar práticas pedagógicas, acompanhar a evolução dos estudantes e reduzir precocemente as lacunas de aprendizagem.

Outro aspecto relevante é que os ganhos observados não se limitaram à redução do número de estudantes com desempenho insuficiente. Houve também diminuição da gravidade das dificuldades

acadêmicas, evidenciada pela redução das múltiplas dependências curriculares e pelo aumento de estudantes que permaneceram com apenas uma insuficiência. Essa mudança indica que a política favorece trajetórias de aprendizagem progressivamente mais próximas da progressão escolar, reforçando a função reguladora da avaliação.

Recuperação das aprendizagens e equidade educacional

Os resultados demonstram que os maiores ganhos ocorreram justamente entre os estudantes que apresentavam maior vulnerabilidade acadêmica. As reduções mais expressivas concentraram-se entre aqueles que acumulavam três ou mais componentes curriculares abaixo da média, grupo historicamente mais exposto à reprovação, à distorção idade-série e à interrupção da trajetória escolar.

Esse padrão dialoga com recomendações recentes da UNESCO (2021), da OCDE (2021) e do Banco Mundial (2022), que destacam a importância de intervenções precoces e monitoramento contínuo para enfrentar as defasagens ampliadas pela pandemia. Ao estruturar ciclos sucessivos de identificação das dificuldades e recuperação das aprendizagens, os EAC aproximam-se desse modelo de intervenção, permitindo que as ações pedagógicas ocorram antes da consolidação das defasagens.

Sob a perspectiva da equidade, os resultados também revelam que, embora persistam diferenças entre grupos sociais, raciais, territoriais e organizacionais, a recuperação ocorreu em todos os perfis analisados. Permanecem maiores desafios entre estudantes pretos e pardos, participantes do Programa Todo Jovem na Escola, alunos do turno noturno e escolas com maior complexidade de gestão. Entretanto, justamente nesses contextos foram observados avanços importantes, indicando que a política possui potencial redistributivo ao direcionar maior apoio onde as necessidades educacionais são mais intensas.

Produção de evidências e fortalecimento da gestão pedagógica

Além dos efeitos sobre a aprendizagem, a avaliação sugere que os Estudos de Aprendizagem Contínua vêm fortalecendo uma cultura de gestão orientada por evidências. A utilização sistemática de diagnósticos periódicos amplia a capacidade das escolas de identificar estudantes em risco, monitorar sua evolução e ajustar continuamente as intervenções pedagógicas.

Nesse contexto, a avaliação deixa de cumprir apenas uma função de prestação de contas para tornar-se instrumento permanente de planejamento e tomada de decisão. Essa mudança aproxima a política de modelos contemporâneos de gestão educacional baseados em evidências, nos quais indicadores quantitativos e informações produzidas pelas escolas subsidiam decisões pedagógicas em diferentes níveis da administração educacional.

Os resultados desta avaliação também evidenciam a importância da integração entre métodos quantitativos e qualitativos. Enquanto os indicadores permitem dimensionar a evolução da aprendizagem, os relatos de professores e gestores contribuem para compreender os fatores que favorecem ou limitam a implementação da política, ampliando a capacidade interpretativa dos resultados.

Implementação da política e aprendizagem institucional

A análise qualitativa demonstra que a implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua ocorreu em um contexto marcado por importantes desafios institucionais e sociais. Foram recorrentes as referências à resistência inicial de parte do corpo docente, à necessidade de ampliar as ações de formação continuada, à sobrecarga burocrática enfrentada pelas equipes escolares e às dificuldades de comunicação da política junto aos estudantes.

Somam-se a esses fatores os impactos produzidos pela pandemia da COVID-19 e pelas enchentes de 2024, que agravaram as defasagens de aprendizagem, ampliaram demandas relacionadas à saúde mental e intensificaram a vulnerabilidade social de parte dos estudantes.

Apesar dessas condições adversas, os resultados quantitativos indicam avanços consistentes nos indicadores educacionais. Essa convergência sugere que os EAC apresentaram capacidade de produzir resultados positivos mesmo em um cenário de elevada complexidade, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas à formação das equipes escolares, à redução de entraves burocráticos e ao fortalecimento do acompanhamento técnico às escolas.

Permanência escolar e trajetórias educacionais

Os resultados permitem discutir também a contribuição dos Estudos de Aprendizagem Contínua para a permanência escolar. Embora esta avaliação não tenha mensurado diretamente indicadores de evasão ou abandono, a literatura demonstra que dificuldades persistentes de aprendizagem, reprovações sucessivas e acúmulo de componentes curriculares insuficientes constituem importantes fatores de risco para a interrupção da trajetória escolar.

Nesse sentido, a expressiva redução das múltiplas insuficiências, associada ao aumento da aprovação entre estudantes que haviam sido reprovados no ano anterior, sugere que a política fortalece condições favoráveis à continuidade dos estudos. Os relatos qualitativos reforçam essa interpretação ao evidenciarem que muitos estudantes enfrentam desafios relacionados ao trabalho, às condições econômicas familiares e à saúde mental, indicando que políticas de recuperação das aprendizagens tendem a produzir melhores resultados quando articuladas a estratégias mais amplas de permanência e proteção social.

Limitações da avaliação

Os resultados devem ser interpretados considerando as limitações inerentes ao desenho metodológico adotado. Trata-se de uma avaliação de resultados, razão pela qual não é possível atribuir causalidade exclusiva entre a implementação dos Estudos de Aprendizagem Contínua e as mudanças observadas nos indicadores educacionais. Outros fatores institucionais, pedagógicos e contextuais podem ter influenciado os resultados.

Além disso, parte do período analisado ocorreu sob os efeitos das enchentes de 2024, que alteraram calendários escolares e condições de funcionamento de diversas unidades da rede estadual. Assim, os achados devem ser compreendidos como evidências consistentes da evolução da política, e não como demonstração definitiva de seus efeitos causais.

Contribuições para o aperfeiçoamento da política

Os resultados desta avaliação apontam oportunidades concretas para o aperfeiçoamento dos Estudos de Aprendizagem Contínua. Entre elas destacam-se o fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, a ampliação do uso pedagógico das evidências produzidas pelas avaliações, o apoio diferenciado às escolas inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e a integração dos EAC com outras políticas voltadas à permanência escolar.

Os achados também reforçam a importância de consolidar mecanismos permanentes de monitoramento da implementação, incorporando de forma sistemática as percepções de professores, gestores e estudantes. A combinação entre indicadores quantitativos e evidências qualitativas amplia a capacidade da rede de identificar desafios, orientar ajustes e promover o aperfeiçoamento contínuo da política.

Em síntese, os resultados sugerem que os Estudos de Aprendizagem Contínua representam uma estratégia promissora para fortalecer a aprendizagem, reduzir desigualdades educacionais e qualificar a gestão pedagógica da rede estadual. A consolidação desses avanços dependerá da continuidade do monitoramento, do uso sistemático de evidências na tomada de decisão e da manutenção de condições institucionais capazes de sustentar o processo de melhoria contínua das aprendizagens.

CAPÍTULO 10

Recomendações

Ações de curto, médio e longo prazo e recomendações por nível de governança.

A avaliação de políticas públicas possui como uma de suas principais finalidades subsidiar processos de tomada de decisão e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das intervenções governamentais. Mais do que identificar resultados alcançados ou limitações observadas, uma avaliação deve produzir conhecimento capaz de orientar ações futuras, fortalecer capacidades institucionais e ampliar a efetividade das políticas públicas.

As recomendações apresentadas a seguir foram elaboradas a partir da integração entre os resultados quantitativos da avaliação, as evidências qualitativas produzidas durante as visitas técnicas, as contribuições da literatura especializada e as boas práticas identificadas em experiências nacionais e internacionais de políticas voltadas à recuperação das aprendizagens.

Considerando a natureza sistêmica dos EAC, as recomendações foram organizadas segundo diferentes horizontes temporais e níveis de governança, reconhecendo que o fortalecimento da política depende da atuação articulada entre Secretaria da Educação, Coordenadorias Regionais de Educação e escolas.

Recomendações de Curto Prazo

As recomendações de curto prazo referem-se a ações que podem ser implementadas durante os próximos ciclos dos EAC, utilizando estruturas já existentes na rede estadual.

Fortalecer o uso pedagógico dos indicadores produzidos pelos EAC

Os painéis de monitoramento e os dados disponíveis no Sistema ISE representam importante patrimônio informacional da Secretaria da Educação. Entretanto, sua efetividade depende da capacidade das escolas em transformar informações em decisões pedagógicas.

Recomenda-se ampliar a utilização sistemática desses indicadores durante os momentos de planejamento escolar, reuniões pedagógicas e acompanhamento das turmas, estimulando que professores e equipes gestoras utilizem os dados para identificar estudantes em situação de risco, monitorar a evolução das aprendizagens e reorganizar estratégias de intervenção.

Essa recomendação busca fortalecer uma cultura institucional baseada no uso de evidências para orientar práticas pedagógicas e decisões de gestão.

Priorizar intervenções precoces

Os resultados da avaliação indicam que estudantes acompanhados precocemente apresentam maiores possibilidades de recuperação das aprendizagens.

Dessa forma, recomenda-se intensificar o acompanhamento dos estudantes já nas primeiras semanas de cada trimestre, evitando que dificuldades iniciais se acumulem até os momentos finais do período letivo.

Essa estratégia pressupõe ampliar o uso de avaliações diagnósticas e fortalecer processos permanentes de monitoramento das aprendizagens. Também deve ser explorado a integração com as ferramentas preditivas do Sistema de Proteção à Trajetória do Estudante, que, a partir do diagnóstico realizado pela Orientação Educacional, podem evitar que problemas de fluxo se acumulem com questões de aprendizagem e vice-versa.

Intensificar o acompanhamento dos estudantes em maior vulnerabilidade acadêmica

A análise demonstrou que estudantes com três ou mais componentes curriculares abaixo da média constituem o grupo de maior risco para reprovação, abandono e evasão.

Recomenda-se estabelecer protocolos específicos de acompanhamento para esses estudantes, envolvendo:

- monitoramento individualizado;
- planos pedagógicos específicos;
- articulação entre professores das diferentes áreas;
- participação da orientação educacional;
- diálogo permanente com as famílias.

Essa abordagem permitirá concentrar esforços justamente entre os estudantes com maior necessidade de apoio.

Recomendações de Médio Prazo

As recomendações de médio prazo envolvem processos de aperfeiçoamento institucional que demandam planejamento e articulação entre diferentes instâncias da rede estadual.

Consolidar uma cultura institucional de avaliação formativa

Recomenda-se priorizar a formação continuada nos componentes que concentram maior volume ou intensidade de insuficiências e que dispõem de menor cobertura por avaliações externas padronizadas. Na 1ª série, os dados destacam Física, Química, Filosofia, História, Sociologia e Biologia, além de Matemática e Língua Portuguesa. As menores médias foram registradas em Matemática (2,92), Física (3,12) e Química (3,19). Na 2ª série, Biologia, Matemática, Língua Portuguesa, Física, História, Geografia e Química aparecem entre os componentes com maior número de estudantes abaixo da média.

A formação deve, portanto, combinar ações específicas por componente e estratégias interdisciplinares, sem restringir a recuperação a Língua Portuguesa e Matemática.

Desenvolver estratégias territorializadas de apoio às CREs

As diferenças observadas entre as Coordenadorias Regionais de Educação indicam que estratégias uniformes podem não responder adequadamente às necessidades de todos os territórios.

Recomenda-se desenvolver planos regionais de acompanhamento dos Estudos de Aprendizagem Contínua, considerando características locais relacionadas ao desempenho escolar, vulnerabilidade social, disponibilidade de recursos e capacidade institucional.

Além disso, recomenda-se promover espaços permanentes de compartilhamento de experiências exitosas entre as CREs, favorecendo a disseminação de boas práticas de recuperação das aprendizagens.

Fortalecer a integração entre políticas educacionais

A recuperação das aprendizagens não depende exclusivamente das ações desenvolvidas durante os EAC.

Assim, recomenda-se ampliar a integração entre os EAC e outras políticas estratégicas da Secretaria da Educação, especialmente aquelas relacionadas:

- à permanência escolar;
- ao Programa Todo Jovem na Escola;
- ao acompanhamento da frequência;
- à busca ativa;
- ao apoio psicossocial;
- às políticas de educação integral.

Essa articulação tende a ampliar a efetividade das ações desenvolvidas pelas escolas.

Aperfeiçoar os sistemas de monitoramento

Embora os painéis atuais ofereçam importante suporte à gestão da política, recomenda-se ampliar continuamente a capacidade analítica dos sistemas institucionais.

Entre as possibilidades destacam-se:

- construção de indicadores preditivos de risco;
- alertas automáticos para estudantes em vulnerabilidade acadêmica;
- painéis personalizados para escolas e CREs;
- integração entre desempenho, frequência e permanência;
- acompanhamento longitudinal das trajetórias escolares.

Essas melhorias fortalecerão a gestão orientada por evidências.

Estruturar protocolo de continuidade dos EAC em situações de emergência

Os efeitos das enchentes de 2024 evidenciaram a necessidade de assegurar continuidade do acompanhamento das aprendizagens em contextos de interrupção do calendário, deslocamento de estudantes ou fechamento temporário de escolas. Recomenda-se desenvolver protocolo específico para situações de emergência, contemplando:

- identificação das escolas e estudantes afetados;
- flexibilização dos ciclos de diagnóstico e reavaliação;
- priorização curricular;
- alternativas presenciais, híbridas ou remotas de acompanhamento;
- recuperação de registros e integração das bases;
- apoio pedagógico e psicossocial às comunidades escolares;
- monitoramento dos efeitos da interrupção sobre frequência, aprendizagem e permanência.

O protocolo deve prever apoio diferenciado às CREs e escolas mais expostas a eventos climáticos e outros riscos territoriais.

Recomendações de Longo Prazo

As recomendações de longo prazo envolvem o fortalecimento estrutural da política e sua consolidação como estratégia permanente da rede estadual.

Institucionalizar os EAC como política permanente

Os resultados desta avaliação sugerem que os EAC representam uma estratégia promissora para qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Recomenda-se consolidar a política como componente permanente da organização pedagógica da rede estadual, fortalecendo sua integração com os processos de planejamento curricular, avaliação e desenvolvimento profissional das equipes escolares.

Desenvolver uma agenda permanente de avaliação

A consolidação de políticas públicas baseadas em evidências requer processos contínuos de monitoramento e avaliação.

Nesse sentido, recomenda-se instituir uma agenda permanente de avaliações dos EAC, contemplando diferentes abordagens metodológicas, como:

- avaliações anuais de resultados;
- avaliações de implementação;
- estudos qualitativos;
- avaliações de impacto;
- análises longitudinais das trajetórias escolares.

Essa estratégia permitirá acompanhar a evolução da política e produzir conhecimento para seu aperfeiçoamento contínuo.

Ampliar a produção de conhecimento sobre recuperação das aprendizagens

Os EAC representam uma experiência inovadora no contexto brasileiro.

Recomenda-se incentivar pesquisas desenvolvidas em parceria com universidades, centros de pesquisa e organismos nacionais e internacionais, ampliando a produção científica relacionada:

- à recuperação das aprendizagens;
- à avaliação formativa;
- ao uso de evidências na gestão educacional;
- à efetividade das intervenções pedagógicas.

Essa produção contribuirá para consolidar o Rio Grande do Sul como referência nacional na utilização de evidências para orientar políticas educacionais.

Recomendações Específicas por Nível de Governança

Secretaria da Educação (SEDUC)

À Secretaria da Educação recomenda-se fortalecer sua atuação como instância coordenadora da política, promovendo a integração entre monitoramento, formação continuada e apoio técnico às Coordenadorias Regionais de Educação. Também se recomenda ampliar a utilização dos resultados desta avaliação no planejamento estratégico da rede estadual, incorporando os indicadores dos EAC aos processos permanentes de acompanhamento da aprendizagem e da gestão escolar.

Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)

Às Coordenadorias Regionais recomenda-se intensificar o acompanhamento técnico das escolas, especialmente daquelas que apresentam maiores desafios nos indicadores de aprendizagem. É importante fortalecer o uso dos dados regionais para orientar visitas técnicas, formações pedagógicas e processos colaborativos de troca de experiências entre as unidades escolares, considerando as especificidades de cada território.

Escolas

Às equipes gestoras e docentes recomenda-se consolidar os Estudos de Aprendizagem Contínua como parte integrante do planejamento pedagógico, utilizando os resultados das avaliações diagnósticas para orientar intervenções ao longo de todo o ano letivo. Também se recomenda fortalecer práticas de acompanhamento individualizado, *feedback* contínuo aos estudantes e integração entre professores das diferentes áreas do conhecimento.

CAPÍTULO 11

Considerações Finais

Balanço da avaliação e condições para a consolidação da política.

A avaliação dos Estudos de Aprendizagem Contínua evidencia resultados consistentes na recuperação das aprendizagens e na redução da insuficiência acadêmica na rede estadual de ensino ao longo de 2025. Após as intervenções dos EAC, a proporção de matrículas com pelo menos um componente curricular abaixo da média reduziu-se de 76,8% para 46,3% no primeiro trimestre, de 74,2% para 40,5% no segundo e de 67,0% para 38,0% no terceiro, correspondendo a reduções de aproximadamente 40%, 45% e 43%, respectivamente. Entre os estudantes em situação de maior vulnerabilidade acadêmica --- aqueles com três ou mais componentes curriculares insuficientes --- as taxas de recuperação alcançaram 57,0%, 62,9% e 61,4%, indicando que a política produziu seus efeitos mais expressivos justamente sobre o público com maior risco de reprovação e interrupção da trajetória escolar.

Os resultados também evidenciam fortalecimento da política em relação ao ano anterior. Entre 2024 e 2025, a taxa de aprovação aumentou 10,0 p.p. na 1ª série, 8,7 p.p. na 2ª série e 4,0 p.p. na 3ª série do Ensino Médio, acompanhada por redução das taxas de reprovação. Embora o delineamento metodológico desta avaliação não permita atribuir causalidade direta entre os Estudos de Aprendizagem Contínua e os resultados observados, a consistência dos indicadores ao longo dos três trimestres e sua convergência com as evidências qualitativas sugerem que a política tem contribuído para ampliar as oportunidades de recuperação das aprendizagens na rede estadual.

A avaliação demonstra, entretanto, que os avanços convivem com desigualdades persistentes. No terceiro trimestre, 48,4% dos meninos pretos participantes do Programa Todo Jovem na Escola permaneceram com pelo menos uma nota insuficiente, percentual significativamente superior ao observado entre meninas brancas não participantes (30,6%). Diferenças também foram identificadas entre os turnos de funcionamento, com 41,7% de estudantes do turno noturno apresentando insuficiências, frente a 27,0% no turno integral, além de variações importantes entre Coordenadorias Regionais de Educação e entre escolas com diferentes níveis de complexidade de gestão. Esses resultados indicam que os Estudos de Aprendizagem Contínua alcançam os grupos mais vulneráveis, mas que sua consolidação exige estratégias capazes de enfrentar desigualdades estruturais que extrapolam a dimensão pedagógica.

Outro achado relevante refere-se ao caráter abrangente das dificuldades de aprendizagem identificadas. A avaliação evidencia que os desafios não se concentram apenas em Língua Portuguesa e Matemática, alcançando também componentes como Física, Química, Biologia, Filosofia e História, entre outros.

Esse resultado reforça a necessidade de compreender a recuperação das aprendizagens como uma estratégia curricular integrada, envolvendo todas as áreas do conhecimento e não apenas disciplinas tradicionalmente associadas às avaliações externas.

As evidências quantitativas e qualitativas analisadas ao longo do estudo também demonstram que a efetividade dos Estudos de Aprendizagem Contínua depende da qualidade de sua implementação. Os relatos das escolas apontam desafios relacionados à formação docente, à sobrecarga burocrática, às consequências da pandemia, aos impactos das enchentes de 2024 e ao agravamento das vulnerabilidades sociais dos estudantes. Ao mesmo tempo, revelam que a utilização sistemática das evidências produzidas pelas avaliações vem fortalecendo práticas de acompanhamento pedagógico e ampliando a capacidade das escolas de identificar precocemente dificuldades de aprendizagem e planejar intervenções mais oportunas.

Nesse contexto, recomenda-se que a consolidação da política esteja orientada por quatro prioridades: fortalecer o uso pedagógico das evidências produzidas pelas avaliações; intensificar o acompanhamento dos estudantes com múltiplas insuficiências; desenvolver estratégias diferenciadas para grupos, escolas, turnos e territórios de maior vulnerabilidade; e integrar os indicadores de aprendizagem, frequência, permanência e fluxo escolar em um sistema contínuo de monitoramento. Recomenda-se, ainda, ampliar a articulação entre avaliações internas e externas, incorporar sistematicamente evidências qualitativas produzidas pelas escolas e desenvolver estudos longitudinais que permitam acompanhar as trajetórias dos estudantes ao longo da educação básica.

Em síntese, os resultados desta avaliação indicam que os Estudos de Aprendizagem Contínua constituem uma estratégia promissora para a recuperação das aprendizagens na rede estadual. O desafio que se coloca para os próximos anos não consiste apenas em ampliar os níveis médios de recuperação, mas em consolidar uma política capaz de produzir resultados sustentáveis, comparáveis e progressivamente mais equitativos, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais, territoriais ou escolares, tenham oportunidades efetivas de aprender e progredir em sua trajetória educacional.

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2018: Aprender para Realizar a Promessa da Educação.* Washington, DC: Banco Mundial, 2018.

BANCO MUNDIAL. *Agir agora para proteger o futuro do capital humano: o impacto da COVID-19 na educação na América Latina e no Caribe*. Washington, DC: Banco Mundial, 2021.

BANCO MUNDIAL; UNICEF. *Dois Anos Depois: Salvando uma Geração: O Estado da Pobreza na Aprendizagem Global (Atualização 2022)*. Washington, DC: Banco Mundial, 2022.

BLACK, Paul; WILIAM, Dylan. Assessment and classroom learning. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, v. 5, n. 1, p. 7--74, 1998.

BLACK, Paul; WILIAM, Dylan. Classroom assessment and pedagogy. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, v. 25, n. 6, p. 551--575, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Nota Técnica nº 040/2014: Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília, DF: INEP, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório Técnico do Saeb 2021: *Impactos da pandemia e estratégias de recomposição das aprendizagens*. Brasília, DF: Inep, 2022.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

FERNANDES, Reynaldo; BARROS, Ricardo Paes de. *Impactos da repetência e do atraso escolar sobre a probabilidade de evasão*. São Paulo: Centro de Evidências da Educação/Insper, 2016.

FULLAN, Michael. Choosing the wrong drivers for whole system reform. Melbourne: Centre for Strategic Education, 2011. (Seminar Series Paper, n. 204).

FULLAN, Michael. *The Right Drivers for Whole System Reform*. Melbourne: Centre for Strategic Education, 2016.

FUNDAÇÃO BRAVA. *Risco de abandono e evasão escolar: estratégias de busca ativa e permanência pós-pandemia*. São Paulo: Fundação Brava, 2021.

HADJI, Charles. *Avaliação desmistificada*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HATTIE, John. *Visible Learning: a synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement*. London: Routledge, 2009.

HATTIE, John. *Visible Learning: The Sequel: a synthesis of over 2,100 meta-analyses relating to achievement*. London: Routledge, 2023.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Políticas públicas para redução da evasão e reprovação escolar no Brasil: evidências e caminhos*. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Relatório Técnico do Saeb 2021: impactos da pandemia e estratégias de recomposição das aprendizagens*. Brasília, DF: INEP, 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. *Estratégias de combate à evasão escolar no Ensino Médio: o papel da gestão escolar e do acompanhamento do fluxo*. São Paulo: Instituto Unibanco, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORTIMORE, Peter et al. *School Matters: The Junior Years*. Wells: Open Books,1988.

OECD. *Equity in Education: Breaking Down Barriers to Social Mobility*. Paris: OECD Publishing, 2018.

OECD. *The Update on the Education Responses to COVID-19: Recovery and Catch-up*. Paris: OECD Publishing, 2021.

OECD. *Using Evidence in Education: From Data to Better Policy and Practice*. Paris: OECD Publishing, 2023.

PATTON, Michael Quinn. *Utilization-Focused Evaluation*. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2008.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROSSI, Peter H.; LIPSEY, Mark W.; FREEMAN, Howard E. *Evaluation: A Systematic Approach*. 8. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2004.

RUMBERGER, Russell W. *Dropping Out: Why Students Drop Out of High School and What Can Be Done About It*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

SADLER, D. Royce. Formative assessment and the design of instructional systems. *Instructional Science*, v. 18, n. 2, p. 119--144, 1989.

SOARES, José Francisco. *O efeito da escola no aprendizado da Matemática de alunos do ensino fundamental*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 26, p. 5-26, maio/ago. 2004.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já! Análise e propostas para a Educação Básica brasileira*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Nota técnica: recomposição das aprendizagens na Educação Básica*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2021.

UNESCO. *Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos*. Incheon: UNESCO, 2015.

UNESCO. *Reimaginando nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Paris; Brasília: UNESCO, 2021.

WORLD BANK. World Development Report 2018: Learning to Realize Education's Promise. Washington, DC: World Bank, 2018.

CEBE Centro de Educação Baseada em Evidências

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO